



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA MAGALY COLARES DE MOURA ALENCAR

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DA
MATA SUL DE PERNAMBUCO.**

Recife, 2012.

MARIA MAGALY COLARES DE MOURA ALENCAR

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DA
MATA SUL DE PERNAMBUCO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientação: Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen.

Coorientação: Dra. Maria Nazareth Baudel Wanderley.

Recife, 2012.

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

A368p Alencar, Maria Magaly Colares de Moura
Pluriatividade na agricultura familiar no território da Mata Sul de Pernambuco /
Maria Magaly Colares de Moura Alencar. - Recife : O Autor, 2012.
98 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen e Co-orientadora Profa. Dra. Maria Nazareth Baudel Wanderley.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2012.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Projetos de desenvolvimento rural. 4. Agricultura – aspectos sociais. I. Gehlen, Vitória Régia Fernandes (Orientadora). II. Wanderley, Maria Nazareth Baudel (Co-orientadora). III. Título.

361 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2013 – 037)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DA
MATA SUL DE PERNAMBUCO.**

Maria Magaly Colares de Moura Alencar.

Data da Aprovação: 15 de Janeiro de 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Ata da Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. As nove horas do dia catorze de janeiro de dois mil e treze, no Anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Dissertação intitulada: "*Pluriatividade na Agricultura Familiar no Território da Zona da Mata Sul de Pernambuco*" de autoria da Mestranda, **Maria Magaly Colares de Moura Alencar** a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Mestre em Serviço Social**. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.054848/2012-12**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Vitória Régia Fernandes Gehlen**, Doutora em **Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas**, Orientadora e Examinadora Interna; **Maria Nazareth Baudel Wanderley**, Doutora em **Sociologia**, Coorientadora e Examinadora Externa; **Rosa Ester Rossini**, Doutora em **Geografia**, Examinadora Externa; **Ana Cristina Brito Arcoverde**, Doutora em **Sociologia**, Examinadora Interna; **Helena Lúcia Augusto Chaves**, Doutora em **Sociologia**, Suplente Externa; **Marx Prestes Barbosa**, Doutor em **Geociências**, Suplente Externo. Na qualidade de Orientadora, a Dr. Vitória Régia Fernandes Gehlen presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu *aprovada* a Dissertação com as seguintes menções: **Dr. Vitória Régia Fernandes Gehlen: aprovada**; **Dr. Rosa Ester Rossini: aprovada**; **Dr. Ana Cristina Brito Arcoverde: aprovada**. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 14 de janeiro de 2013.

BANCA:

Prof. Dr. Vitória Régia Fernandes Gehlen

Prof. Dr. Maria Nazareth Baudel Wanderley

Prof. Dr. Rosa Ester Rossini

Prof. Dr. Ana Cristina Brito Arcoverde

MESTRE:

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Aos Agricultores Familiares da Mata Sul de Pernambuco, por sua vida de luta, fé e
esperança de que os dias melhores sempre estão por vir.

A Elenita e Severino de Moura, '*Severinos*' de vida e de pia, eternos caminhantes das
veredas do Brasil rural. Os sulcos dos seus rostos e das suas mãos estão presentes em
cada agricultor/agricultora encontrados em meu percurso.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores familiares da Mata Sul de Pernambuco, que tão bem me acolheram e que gentilmente me concederam espaço para o diálogo sobre suas realidades e limitações impostas.

Aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Amaraji e de Tamandaré, por viabilizarem minhas visitas de campo.

A Maria do Carmo de Souza Ramos, a Madrinha da FETAPE, pelos diálogos e por ter aberto as portas para que eu pudesse dialogar com as lideranças da Mata Sul.

As orientadoras, Professora Dr.^a Vitória Régia Fernandes Gehlen e Professora Dr.^a Maria Nazareth Baudel Wanderley. O diálogo mantido com elas, mais do que uma orientação foi um desafio permanente à construção deste trabalho. Experiência única.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas – GRAPP/UFPE. As experiências em pesquisas e extensão, sem sombra de dúvidas, foram essenciais a minha formação acadêmica. Obrigada a Eline Alves, Ewene Rayane, Pilar Lainé, companheiras de todo instante, com quem vivi momentos tão importantes desse trabalho. Meus agradecimentos a Gilvana Pessoa, pelo diálogo nesta reta final de trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Mestrado, importante para realização deste estudo.

Ao meu companheiro nesse período de curso de mestrado, Evandro Alves. Por tudo o que vivemos e partilhamos nesse processo.

Aos amigos e amigas: Luana Melo, Alice Moraes e Delânio Santos - pela ajuda na coleta de dados; Camila Vieira, Luciana Menezes, Raquel César, Janice Lemos e Gisella Cavalcanti pelo apoio constante desde a graduação. A Andréa Melo, Myrtha Albuquerque, Eli Varejão, Valdenice Raimundo, Thamires Chalegre pelo companheirismo de todas as horas.

Aos meus pais, Etiene, Maria José e Caetano, meu obrigada por me ensinarem, cotidianamente, a perseverança daqueles que sabem que “... *por mais de difícil e impossível de acreditar, é mais difícil ou impossível viver a vida sem esperar*”. Aos meus irmãos e irmãs pelo apoio constante, mesmo nas dissonâncias tão presentes nas relações fraternais, mas nunca suficientes para resultar em distância.

A Deus, por tudo.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar o processo de conformação da Pluriatividade no Território Rural da Mata Sul de Pernambuco. Para tanto, adotou-se a perspectiva teórico-metodológica lefebvreana, segundo a qual para se compreender a realidade é necessário um esforço de, teoricamente embasado, conhecer a temporalidade das relações sociais que contribuem para a construção de um fenômeno social. Para a realização deste estudo, além de pesquisas bibliográficas, foram realizadas pesquisas de campo onde se aplicou entrevistas que objetivavam averiguar a existência de agricultores pluriativos. O que se verificou foi a renda das famílias agricultoras é formada por várias fontes de renda, indicando a existência de pluriatividade. Entre as atividades realizadas para a complementação de renda incluem-se atividades agrícolas e não agrícolas, sendo as últimas predominantes. A inserção das famílias nestas atividades dá-se de maneira informal e muitas vezes precarizadas. Foi possível constatar que a pluriatividade é presente na realidade na região enquanto um produto que foi se conformando ao longo da constituição do Agricultor Familiar local. Conclui-se que a pluriatividade exerce papel importante para o processo de reprodução familiar e para a permanência destes agricultores no campo.

Palavras chaves: Território; Pluriatividade; Agricultura Familiar.

RESUMÉN

Este estudio tuvo como objetivo analizar el proceso de formación de la pluriactividad en El Territorio Rural de la Mata Sul de Pernambuco. Para dar se cuenta de su realización fue adoptada la perspectiva teórica y metodológica lefebvrea, por la cual se hace un esfuerzo para entender, fundamentado teóricamente, considerando la temporalidad de las relaciones sociales que contribuyen para la construcción de un fenómeno social. Para este estudio, se llevó a cabo el trabajo de campo donde se aplicó entrevistas que tenían como objetivo determinar la existencia de los agricultores pluriactivos. O que fue verificado fue que la renda de las familias campesinas está formada por varias fuentes, lo que indica la existencia de pluriactividad. Entre las actividades para obtener rendas complementarias incluyen agrícola y no agrícola, siendo esta última predominante. La inclusión de las familias en estas actividades se lleva a cabo en un ambiente informal y precario a menudo. Se encontró que la pluriactividad está presente en la realidad de la región como un producto que ha ido tomando forma a través de la constitución de la familia campesina local. Concluí pluriactividad que juega un papel importante en el proceso de la reproducción y la familia a permanecer en estos agricultores campo.

Palavras clave: Territorio; Pluriactividad; Agricultura Campesina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura das Entrevistas aplicadas na pesquisa.....	21
Figura 2: Acontecimentos que influenciaram a pluriatividade.....	22
Figura 3: Território de Desenvolvimento Sustentável Rural da Mata Sul de Pernambuco.....	48
Figura 4: Território Estratégico de Suape.....	60
Figura 5: Plantação de cana. Assentamento Cipó/Vida Nova. Tamandaré.....	81
Figura 6: Plantação de banana. Sítio Amorinha, Amaraji.....	82
Figura 7: Trabalhadores na colheita do milho. Engenho Amorinha, Amaraji.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de entrevistados.	23
Quadro 2: Grupos básicos do PRONAF, enquadramentos e finalidades.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível Escolar por Faixa Etária.....	24
Gráfico 2: Nível escolar por sexo.	25
Gráfico 3: Evolução do Número de Municípios atendidos pelo PRONAF.	39
Gráfico 4: Evolução do número de contratos do PRONAF (2001-2010).....	39
Gráfico 5: Índice de Condições de Vida – Território da Mata Sul	62
Gráfico 6: Composição da Renda Familiar dos Entrevistados.	72
Gráfico 7: Comparação entre as fontes de Geração de Renda dos Municípios de Tamandaré e Amaraji.....	73
Gráfico 8: Os Principais Programas Governamentais.	76
Gráfico 9: Principais Atividades Extradomiciliares.	79
Gráfico 10: Principais Atividades Extradomiciliares.	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPS	Complexo Industrial e Portuário de Suape
DR	Região de Desenvolvimento
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
ICV	Índice de Condições de Vida
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAA	Programa de Produção de Alimento
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentada
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PBF	Programa Bolsa Família
PDSTR	Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
RMR	Região Metropolitana do Recife
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
SEART	Secretaria de Articulação Social e Regional
SFA	Secretaria da Agricultura Familiar
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SUMARIO

INTRODUÇÃO	15
1. METODOLOGIA DA PESQUISA	18
1.2. O PERCURSO DO ESTUDO	19
1.3. OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA	20
1.4. O PERFIL DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS ENTREVISTADAS	23
2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL	26
2.1 <i>INTERRELAÇÕES RURAL-URBANA</i>	28
3.1 <i>AS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL</i>	36
3.1.1 <i>A ABORDAGEM TERRITORIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL</i>	42
3.2 <i>O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS</i>	44
4. O TERRITORIO RURAL DA MATA SUL DE PERNAMBUCO	47
4.1. <i>A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR ASSALARIADO</i>	50
4.2. <i>A CRISE DAS USINAS DE PERNAMBUCO</i>	54
4.4. <i>A IMPLEMENTAÇÃO DO POLO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)</i>	59
5. A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITORIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO	64
5.2. A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR	64
5.2. OS SETORES CENSITÁRIOS ANALISADOS: AMARAJI E TAMANDARÉ	68
5.3. A GERAÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS	71
5.4. O ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS.	75
5.2. A PLURIATIVIDADE NO TERRITÓRIO DA MATA SUL: OS CASOS DE AMARAJI E TAMANDARÉ.	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERENCIAS	87
APÊNDICE	91

INTRODUÇÃO

No processo sócio-histórico da formação da sociedade brasileira as formas de vida sociais foram se sucedendo no tempo e no espaço. Os atores sociais que formavam o campesinato brasileiro foram e ainda são considerados como um resíduo, pois não se reconhece sua presença histórica. Na contemporaneidade, eles continuam sendo estudados e considerados na relação capital-trabalho, apesar da luta de reordenação social que vem promovendo o reconhecimento da condição camponesa das pessoas trabalhadoras do rural e sua forma de se apropriar de recursos produtivos.

Segundo Welch et al. (2009), o campesinato como categoria analítica e histórica é formada por poliprodutores que, em modo e grau variados, produziam para o mercado: local, em rede, nacional ou internacional. As condições dessa produção se baseiam na locação da mão-de-obra familiar, tanto no passado quanto na contemporaneidade, variando de acordo com a composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre unidade de produção e unidade de consumo.

A coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas nem sempre considerava as especificidades da organização interna da unidade de produção da família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados, o que dificultava diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores rurais e urbanos que não produziam sob os princípios da agricultura familiar.

Isto vem dificultando a compreensão do cotidiano, do mundo cultural, político, econômico e social em que as pessoas trabalhadoras da agricultura produzem e se reproduzem. Privilegiar os aspectos ligados a sua cultura significa incorporar as múltiplas dimensões da prática desses atores sociais. Enfatiza-se, desta forma, o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Os conflitos existentes neste processo referenciavam modos distintos de viver e formas de dominação (WELCH et al, 2009).

Neste contexto, incluem-se as pessoas trabalhadoras da agricultura familiar, integradas aos modernos mercados, e os novos poliprodutores (ou pluriativos) resultantes dos assentamentos de reforma agrária. Deste modo, o campesinato sempre esteve presente, enquanto forma política e acadêmica de conceituação dos produtores familiares, como ator social na história do Brasil. Isto se deu através da demonstração

do valor do seu modo de vida familiar, vicinal e comunitária, inscritas em seu cotidiano de lutas pela sua sobrevivência e reprodução social (ibidem).

Considerando a heterogeneidade da formação, conquistas e resistências desses atores sociais no processo da formação socioeconômica brasileira reafirma-se a diversidade cultural das pessoas trabalhadoras do campo em reação à homogeneização política e cultural da globalização. Esta heterogeneidade vem referenciar um modo de produzir e viver coexistente com o mundo contemporâneo, construindo-se, assim, através da prática da pluriatividade, uma forma de se integrar à sociedade, conquistando espaços sociais historicamente negados.

O estudo das pessoas trabalhadoras da agricultura familiar na sociedade contemporânea é um fato social do mundo moderno, e não resquícios do passado, como demonstra os processos históricos analisados por vários autores, entre eles Manuel Correia de Andrade. Estas análises visibilizam as múltiplas alternativas de sobrevivência, as quais foram resultados das conquistas e resistências dos movimentos dos atores sociais do campo.

Neste sentido, a preocupação deste estudo com a pluriatividade na agricultura familiar explica-se pelo fato de ter havido um avanço nos estudos e pesquisas acadêmicas sobre os métodos do ajuste estrutural no campo e sua influência nas políticas neoliberais. Nesta perspectiva houve o ajuste da realidade do campo aos interesses das políticas multilaterais que financiaram pesquisas para o desenvolvimento na agricultura. Desse ponto de vista, a produção familiar das pessoas trabalhadoras do campo tornou-se um objeto que deveria se adequar ao ajuste estrutural no processo de exploração e expropriação do capitalismo.

Os estudos sobre dos trabalhadores do rural, agricultores familiares e comunidades tradicionais vêm sendo pesquisados, interpretados e analisado dentro de uma visão interdisciplinar pelo GRAPP/CNPq/UFPE, o qual faz parte do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE), com o objetivo de resgatar a história social dos moradores do rural.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de conformação da pluriatividade na agricultura familiar no território rural da Mata Sul de Pernambuco, identificando quais elementos que contribuíram para seu desenvolvimento, qual sua importância para os agricultores familiares e as principais características das atividades pluriativas na região.

Sua realização se deu no conjunto das pesquisas de discussões realizadas pelos “Observatório *do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da Mata Sul de Pernambuco*” e “*Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas de Superação das Desigualdades de Gênero: Impactos das Condições Socioeconômicas, Ambientais e de Saúde no Trabalho da Mulher na Agricultura Familiar.*” . Tais pesquisas, desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas, possibilitaram o aprofundamento das discussões a serem apresentadas neste estudo.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo orientou-se pela perspectiva teórico-metodológica e analítica Lefebvriana, segundo a qual as relações sociais se processam em dimensões verticais e horizontais complexas, que se desdobram em procedimentos metodológicos os quais identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes de uma realidade. Analisá-la sob esta ótica significa compreender que as relações sociais não têm a mesma idade, nem a mesma origem e que sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas distintas (MARTINS, 1996). Estas relações sociais realizam-se no movimento de produção e reprodução do espaço, no qual se insere a cotidianidade, onde se entrecruzam os tempos cíclicos e lineares, as modalidades diversas do repetitivo e também demarcadores do ritmo dos processos sociais e de suas historicidades (LEFEBVRE 1981: 16-17).

Um estudo realizado nesta abordagem deve considerar três momentos:

1. *Descritivo*: no qual se busca teoricamente informado reconstituir a diversidade das relações sociais a serem investigadas, identificando e descrevendo o que se vê. Por meio dele, pode-se reconhecer a complexidade horizontal da vida social;
2. *Analítico-regressivo*: onde a realidade é decomposta e aquele que o pesquisador esforça-se para analisá-la, datá-la com exatidão. Busca-se apreender como no espaço vivido a combinação de coisas, relações e concepção não são de fato contemporâneas, e assim adentrar a complexidade vertical da vida social, onde as relações sociais coexistem;
3. *Histórico-genético*: é o reencontro do presente, elucidado, compreendido, explicado. Neste momento da pesquisa tem-se a análise explicativa da realidade a qual se procurou estudar, considerando sua dimensão histórica, política, social e espacial.

Esta metodologia, à luz da lógica dialética, propõe que a análise do real parta do presente, retorne ao passado - para compreender as relações sociais de produção responsáveis pelos marcos que persistem na atualidade - e aponte para o futuro diante das possibilidades do virtual a ser construído.

A Mata Sul de Pernambuco é um espaço de encontro de temporalidades, de relações sociais que se entrecruzam no momento presente, constituindo-se em uma realidade que exige das pessoas trabalhadoras da agricultura familiar o exercício de

mais de uma atividade para sua vida e sobrevivência no campo. Esta exigência se conforma no cotidiano de cada unidade de produção familiar. Neste sentido, se fez relevante uma abordagem que “colhesse” os elementos constituintes da realidade da agricultura familiar, para que assim fosse possível verificar a existência da pluriatividade na agricultura familiar da região, os motivos pelo qual ela passa a fazer parte da realidade das famílias, os elementos que influem na sua emergência e as suas principais características.

1.2. O Percurso do Estudo

Os setores censitários visitados foram delimitados previamente, a partir de informações coletadas nas pesquisas do projeto “*Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da Mata Sul de Pernambuco*”. A escolha das comunidades obedeceu as indicações feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) à equipe executora do projeto.

Foram visitados os dezenove (19) municípios que compõem o território rural da Mata Sul. Nessas visitas, foi possível fazer um levantamento preliminar dos municípios nos quais havia agricultores e agricultoras familiares pluriativos. De posse dessas informações preliminares, escolheram-se os municípios a serem trabalhados pelo estudo. Nesta fase foram considerados critérios de elegibilidade - além da realização da pluriatividade entre os agricultores/agricultoras familiares - a acessibilidade às comunidades, a distância da capital (Recife) e o diálogo estabelecido com as lideranças locais.

Em princípio, foram escolhidos os municípios de Amaraji, São Benedito do Sul e Tamandaré. A escolha de Amaraji deu-se por se tratar de um município onde a agricultura exerce relevância na economia local e onde há um quantitativo considerável de agricultores/agricultoras familiares pluriativos em sua área rural.

São Benedito do Sul é um dos municípios do território rural da Mata Sul que é mais distante da capital do estado. É um município cujas principais atividades econômicas são voltadas para agricultura e para o setor de serviços. O município de Tamandaré tem sua economia vinculada ao Turismo (influenciado diretamente pelo Megaprojeto Costa Dourada e pelo Complexo de SUAPE), às atividades

agroindustriais, sendo um dos municípios que virá a compor a área de influência de complexo de SUAPE.

O segundo passo realizado foi o contato com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios em estudo. Os contatos foram realizados a partir do apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE). Primeiramente, contatou-se o Sindicato de Amaraji, o qual possibilitou uma visita às comunidades rurais do município, onde as famílias de agricultores/agricultoras responderam a um questionário semiestruturado. Em seguida, o mesmo processo se deu junto ao Sindicato de Tamandaré. O sindicato de São Benedito do Sul foi contatado diversas vezes, por e-mail e por telefone, mas sem resultados, o que excluiu o município do estudo.

Nestas visitas foram aplicadas entrevistas semiestruturadas que versavam sobre a formação da renda das famílias. As visitas às comunidades foram realizadas com a anuência documental dos Sindicatos e dos entrevistados, bem como as entrevistas e as fotografias que foram realizadas no trabalho.

O contato anterior realizado com os Sindicatos foi fundamental para se estabelecer o diálogo com as famílias. Isto porque nos últimos anos os Agricultores/agricultoras Familiares da Mata Sul de Pernambuco vêm sendo vitimados/as por uma série de golpes¹, o que tem causado um sentimento de desconfiança nas pessoas trabalhadoras que vivem nas comunidades. Em uma das comunidades visitadas - mesmo com a anuência do Sindicato, mas sem a presença de um representante sindical - para concretização da visita foi necessário à permissão por escrito do líder comunitário a quem se explicou o motivo e o objetivo do estudo. Somente depois da redação desta permissão foi que as famílias aceitaram participar da pesquisa.

1.3. Os Instrumentos da Pesquisa

Os instrumentos de coleta de dados exercem importância fundamental na realização de uma pesquisa desenvolvida na perspectiva proposta. Por meio deles

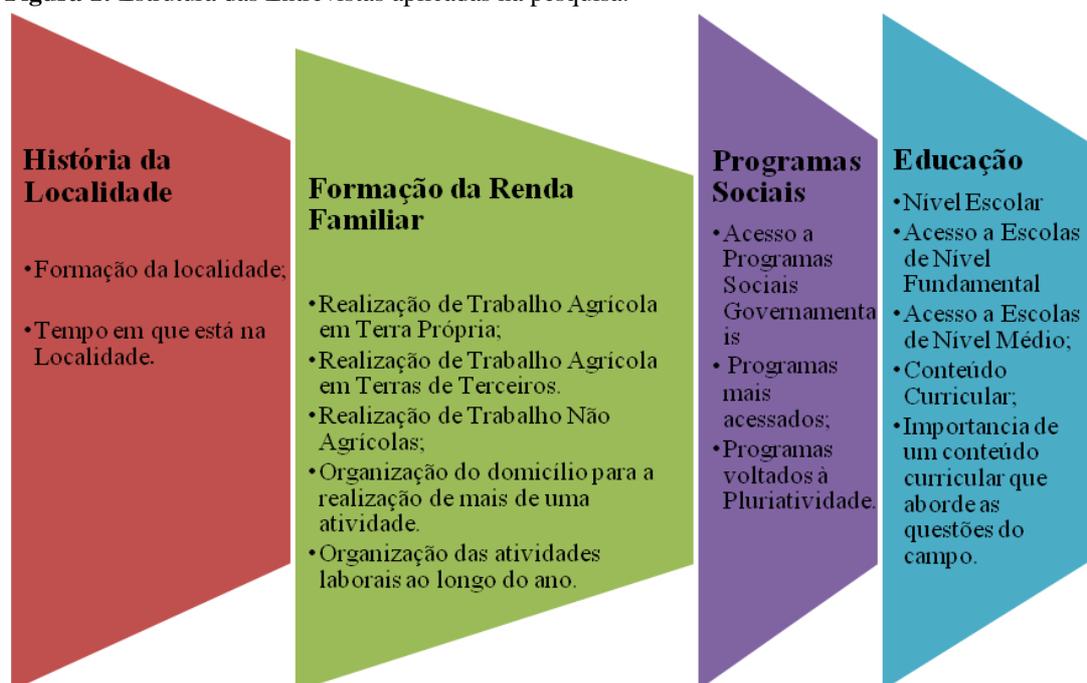
¹ Segundo os Agricultores, pessoas que dizem estar vinculadas a entidades ou Programas governamentais ou Sindicatos, vêm até as comunidades e lhes solicitam a assinatura e o CPF. Em seguida, realizam empréstimos em seus nomes, sendo-lhes informados do débito apenas quando vão receber os benefícios defasados pelos empréstimos consignados.

espera-se uma aproximação maior com a realidade a ser estudada, buscando compreender os determinantes que a condicionam e suas implicações nos atores sociais que a constituem. Visando atender o método adotado, este trabalho considerou os três momentos de análise: Descritivo, Analítico-regressivo e Histórico-genético.

No momento *Descritivo* foi realizado um levantamento bibliográfico para o embasamento teórico da problemática em estudo. Em concomitância a este levantamento, foram realizadas visitas de campo.

Um instrumento fundamental neste momento foi à aplicação de roteiro de entrevistas semiestruturado (figura 1), através do qual se objetivou recolher informações sobre a história do lugar, formação da renda, acesso a programas sociais e nível escolar.

Figura 1: Estrutura das Entrevistas aplicadas na pesquisa.



Fonte: Roteiro de Entrevista (ALENCAR, 2012). Elaboração Própria.

À luz do arcabouço teórico construído e de posse das informações coletadas, buscou-se delimitar os elementos principais que influíam no objeto a ser estudado, a pluriatividade. As informações coletadas apontaram para um cenário mais amplo, interligado a dinâmica regional, detentora de particularidades e especificidades historicamente construídas e marcadas por fortes desigualdades sociais e de classe.

Tendo por base o momento *Descritivo*, delimitaram-se as principais relações sociais que configuraram a realidade atual. Neste segundo momento, o *Analítico-regressivo*, verificou-se que a formação da mão de obra assalariada, a crise do setor usineiro da região, as intervenções estatais para a reestruturação territorial e o fortalecimento dos movimentos sociais camponeses deixaram suas marcas em uma reorganização socioespacial da região. Desta forma, delineou-se a temporalidade dos principais acontecimentos que influenciaram o perfil pluriativos da agricultura familiar na região (figura 2).

Figura 2: Acontecimentos que influenciaram a pluriatividade.



Fonte: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

Ainda que nem todos estes acontecimentos tenham sido temporalmente simultâneos, todos são refletidos no objeto estudado, dando-lhe o motivo e a forma pela qual será expresso em sua imediaticidade nos dias atuais.

A análise do entrecruzamento dessas informações aponta para o terceiro momento deste trabalho, o *Histórico-genético*, que se trata de um “*esforço de uma classificação genética das formações e estruturas, no quadro do processo em conjunto. Esforço, portanto, para retomar o atual anteriormente descrito para recontar o presente, porém, elucidado: explicado*” (LEFEBVRE, 1971: 71).

1.4. O Perfil das Famílias Agricultoras Entrevistadas

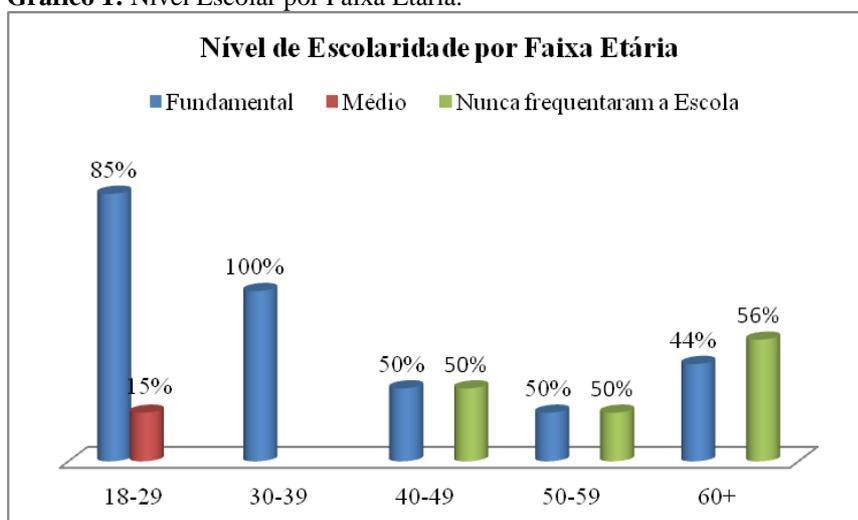
Foram aplicados 40 questionários, sendo 22 em Amaraji e 18 em Tamandaré. Os entrevistados foram majoritariamente homens. A predominância masculina, neste caso em específico, atribui-se ao horário em que foram aplicados os questionário, a partir das 11:00h da manhã, horário em que os homens retornam da lida na roça para o almoço, permanecendo em casa até as 14:00h, mais ou menos. O que não implica na ausência feminina no domicílio no momento da entrevista, mas aponta para o fato de que, na cultura local, a mulher, mesmo realizando trabalho produtivo, é designada a um papel secundarizado no contexto da dinâmica familiar.

Quadro 1: Número de entrevistados.

Sexo/ Município	Masculino	Feminino	Total
Amaraji	13	09	22
Tamandaré	12	06	18
Total			40

Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

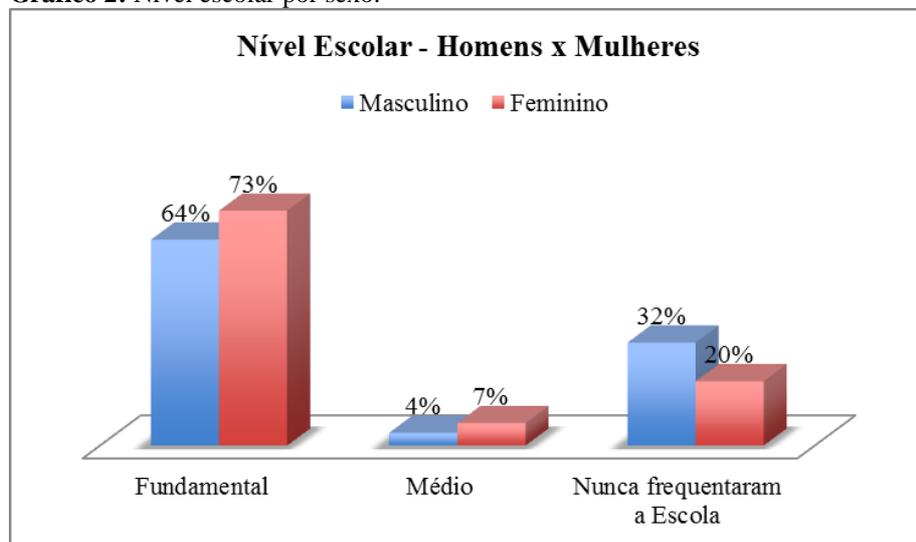
Em relação à escolaridade, os entrevistados tinham frequentado o ensino fundamental (completo ou incompleto). Verificou-se que, quanto ao nível escolar, os mais jovens (18-29 anos) eram os que possuíam níveis mais avançados de estudos.

Gráfico 1: Nível Escolar por Faixa Etária.

Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

Tal fato pode ser considerado consequência dos programas sociais nas últimas décadas, como o Programa Bolsa Família cujo critério de elegibilidade e permanência no programa é a frequência escolar dos jovens em idade escolar. Contudo, salienta-se a influência da mudança estrutural da economia neoliberal nos determinantes das oportunidades educativas e de emprego entre os jovens. Isto poderia supor a constituição de um fator de desigualdade social no status socioeconômico devido às poucas credenciais educativas ao alcançar um nível de educação que venha a melhorar as oportunidades de empregabilidade na zona rural. Assim seria explicado o déficit da formação em nível médio/médio profissionalizante: tendo em vista a necessidade de tornar-se economicamente ativo, o tempo escolar é encerrado mais cedo.

No entrecruzamento escolaridade versus sexo, verificou-se um maior déficit educacional entre os homens (Gráfico 1).

Gráfico 2: Nível escolar por sexo.

Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

Sobre esta diferenciação, Silva (2008) salienta que a ampliação do nível educacional entre as mulheres pode estar conectada com a negação e resistência às relações de trabalho desiguais a que estão submetidas no núcleo familiar.

A diferenciação do nível escolar por gênero pode ainda dizer respeito ao investimento educacional, apontando o significado da educação para homens e mulheres. Para as mulheres o acesso ao estudo vai além da conquista da independência e da possibilidade de emprego na cidade, estando vinculada ao fortalecimento dos seus planos futuros. Os homens por sua vez, salienta Silva (2008), muitas vezes são preparados para serem sucessores de seus pais, os quais passam a desestimular a continuidade dos estudos.

Necessário se faz repensar e redefinir os papéis sociais de ambos os sexos nas comunidades. Esse repensar deve se estender a todas as áreas sociais: saúde, trabalho, saneamento básico e habitação, como direitos sociais fundamentais que acolheriam todos os membros das famílias ou integrantes da comunidade através de políticas públicas que dizem respeito a todos os cidadãos e cidadãs.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

De acordo com Lefebvre (1978), o espaço, além de ser uma categoria física, possui uma nova dimensão quando aborda a questão social. Isto por que, em sua dimensão social, o espaço é o lugar de encontro, de relações, de movimento. É a relação do ser humano com os elementos do espaço físico, a partir do seu processo de reprodução. Por isso, pensar as relações sociais de produção é pensar as relações sociais no espaço através do espaço percebido; do espaço concebido e do espaço vivido.

O espaço percebido é uma intermediação da ordem distante e da ordem próxima. Estas se referem aos desdobramentos de práticas espaciais originárias de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Assim atribuem-se às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, uma lógica de percepção da produção e da reprodução social.

O espaço concebido é o da representação abstrata, traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Este espaço tem origem em um saber técnico e ao mesmo tempo ideológico. Nele, as representações do espaço privilegiam a ideia do produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. Por fim, o espaço vivido, o qual aponta as diferenças em relação ao modo de vida programado.

Este espaço, enquanto experiência cotidiana (ordem próxima) vincula-se ao espaço das representações por meio da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas (LEFEBVRE, 2001).

Para Lefebvre (1976), o espaço constitui-se como uma abstração concreta que é, simultaneamente, produto das ações sociais e estruturante das mesmas. É, ao mesmo tempo, uma realização material do trabalho humano e produto das relações sociais de produção. Em suas análises, o autor afirma ser o espaço uma mercadoria que encerra a realidade de todas as outras, bem como suas relações sociais. Assim, enquanto mercadoria, representa um objeto material. Mas, diferente das demais, ele recria relações sociais ou ajuda a reproduzi-las.

A produção do espaço é marcada por uma materialização através de um processo social específico com o qual reage, reagindo a si mesmo. Assim, faz-se, ao mesmo tempo, produto e produtor, meio de relações sociais e reproduzidor de relações sociais. Essa relação, em Lefebvre (1996), é dialética e ontológica, o que origina a natureza multifacetada do espaço na sociedade capitalista.

Para o autor, o capitalismo sobrevive em virtude de sua capacidade de recriar relações sociais imprescindíveis ao modo de produção em uma base contínua. Isso foi alcançado ao longo do seu processo histórico com a produção de um espaço distinto para si, por meio de um processo de dominação.

A dominação do espaço ocorre por meio do aperfeiçoamento da técnica e da prática sobre a natureza. Para dominar um espaço, principalmente na sociedade moderna, em geral a técnica impõe formas retilíneas, geométricas, “brutalizando” a paisagem. A dominação nasce com o poder político e vai cada vez mais se aperfeiçoando (LEFEBVRE, 1976).

No entanto, o conceito de dominação só passa a ter sentido quando contraposto, de forma dialética, ao conceito de apropriação. A apropriação do espaço é um processo mais simbólico marcado pelo valor de uso. São as várias dimensões da apropriação do espaço na obra lefebvrea.

Em *‘La production del espacio’*, por exemplo, a apropriação contrapor-se-ia à racionalização para a dominação do espaço por meio do Estado e das empresas privadas; a apropriação do espaço seria uma alternativa da população em geral de ter acesso ao espaço (HAESBAERT, 2005; ALVES, 2010).

Em *‘O Direito à Cidade’*, a apropriação tem sua dimensão de valor de uso relacionada à posse, direito de poucos, sendo o seu sentido utilizado paulatinamente pelas estratégias de dominação espacial. Nesse sentido, importa o resgate do significado da apropriação enquanto instrumento de oposição à dominação, pois é a reafirmação da apropriação enquanto direito que cria um conteúdo para o lugar.

Na obra *‘De lo Rural a lo Urbano’*, Lefebvre aponta que a dominação possibilita o desenvolvimento econômico. Na contemporaneidade, esse processo transforma-se na apropriação dos recursos naturais, em um sentido de posse, sendo seu uso exclusivo a quem a detém. Todavia, a apropriação, enquanto finalidade da vida social, e somente ela, permite o desenvolvimento social, uma vez que, por meio dela, socializa-se o espaço, transformando-o em espaço social (ALVES, 2010).

As necessidades e os desejos humanos são o que garantem que garantem o valor do uso do espaço, segundo aponta Lefebvre em sua obra '*La presencia y la ausencia*'. Em seu valor de uso, o espaço é o instrumento por meio do qual se atende as necessidades humanas, como a moradia, por exemplo, sendo as ações de apropriação diretamente ligadas a essa dimensão.

Em seu estudo '*A Revolução Urbana*', o autor critica o espaço feito objeto/mercadoria onde prevalece o seu valor de troca estabelecido por sua dominação. Por meio desse espaço-mercadoria *neutra*, objetiva-se suplantar a visão do espaço como construção social. Assim, o Estado agiria sobre o espaço concedendo-lhe valor, contribuindo para a reprodução do espaço e a reprodução do capital (ALVES, 2010).

A noção 'apropriação do espaço', recobre um domínio diversificado de práticas sociais: culturas, simbólicas, afetivas (GUERRA, 1997), mas em relação constante e não-excludente com a dominação.

É esse movimento que engendra a articulação espaço-sociedade e confere ao espaço uma multiplicidade, a qual faz com que o espaço seja o lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com as suas manifestações de conflitos e contradições (ALENCAR e MENEZES, 2008).

2.1 Interrelações Rural-Urbana

As ligações e as interações entre o rural-urbano têm se tornado um componente importante e intenso para o sistema de produção e de subsistência em muitas áreas – formando não somente uma ponte sobre uma divisão como uma complexa teia de conexões em uma paisagem que não é nem urbana, nem rural, mas tem ambas as características, especialmente nas áreas que circundam os centros urbanos ou ao longo das estradas que levam a estes centros (que pode ser denominada de interface periurbana).

Somando-se a isto muitas das populações rurais dependem dos centros urbanos para acesso ter à escola, a hospital, a crédito, a extensão rural, equipamentos agrícolas e serviços de governo.

Alguns fatores podem ter papel chave no aumento da escala das ligações rural e urbana. A redução da renda dos pequenos produtores, devido a falta de terra, água, capital torna-os incapazes de intensificar suas produções agrícolas e isto significa o

aumento de moradores rurais em atividades não agrícolas localizadas nos centros urbanos.

Com a expansão dos centros urbanos, mudanças no uso da terra - de agrícola para industrial, residencial e lazer - e na interface periurbana estes processos caminham junto com as transformações na subsistência de diferentes grupos – com os mais pobres geralmente perdendo.

Mais significativo do que a absoluta disponibilidade de recursos naturais, em relação ao número de população e densidade da mesma, são os mecanismos que regulam a gestão de e o acesso a tais recursos. Isto inclui o sistema de posse da terra e o papel do poder local na negociação das prioridades dos diferentes usuários e no fornecimento de um quadro de regulamentação que proteja as necessidades dos grupos vulneráveis, enquanto que, ao mesmo tempo, forneça suporte para os requerimentos do crescimento populacional e econômico.

As ligações rural-urbana incluem o fluxo dos produtos agrícolas e de outras mercadorias dos produtores rurais para o mercado urbano (seja para consumo local e mercados regional, nacional e internacional) e em direção oposta ao fluxo de mercadorias manufaturadas e bens importados de centros urbanos para as localidades rurais. Eles também incluem o fluxo de pessoas que se movem entre os centros rurais e urbanos tanto para visitas ocasionais, para negócios ou migração temporária ou permanentes e lazer/turismo (GEHLEN, 2008).

As discussões sobre a relação entre o rural e o urbano voltam à pauta dos debates em virtude da rapidez e intensidade das mudanças técnicas, socioeconômicas e ambientais que vêm se processando na sociedade a partir da segunda metade do século XX. Essa dinâmica passou a exigir a compreensão de que o rural e o urbano não devem ser mais pensados como recortes setoriais e isolados.

No sentido de apontar uma mudança do que seja o rural e o urbano, Veiga (2002) constrói sua crítica sobre a delimitação dos espaços rurais e urbanos no Brasil. A leitura de Veiga tem por base não apenas a emergência de uma nova dinâmica socioespacial decorrente do processo de expansão da sociedade urbano-industrial, mas também o aparato político-jurídico brasileiro que estabelece o que é ser rural e o que é urbano.

Veiga (2002) considera que a dicotomia cidade-campo estaria sendo substituída por uma dinâmica na qual cada vez mais seriam decisivas as aglomerações

e as microrregiões. Desta forma, seria preciso considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços nos quais os ecossistemas permanecem menos artificializados.

Ao se debruçar sobre os estudos de Veiga é perceptível que seu objetivo está em precisar os cálculos realizados sobre a contagem da população urbana e rural, e, neste sentido, o autor elabora sua crítica em torno dos critérios utilizados pelo IBGE para realizar a contagem censitária brasileira. E, neste sentido, propõe um critério de análise que mescle a quantidade de habitante, a densidade demográfica e a proximidade com as zonas metropolitanas. Por meio deste critério a mensuração da população rural brasileira seria de quase 30%. (VEIGA, 2002).

Em seu estudo, o autor critica a utilização da variável densidade demográfica e afirma que este é o indicador que melhor reflete as modificações realizadas pelo homem no meio natural, e afirma que *“nada pode ser mais natural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles.”* (VEIGA, 2002: 33).

Ao analisar a densidade demográfica e o tamanho populacional, o autor propõe dois tipos de municípios além daqueles claramente urbanos: o grupo formado pelos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes ou uma densidade demográfica maior que 80 hab./km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes; e aquele ao qual se enquadrariam os municípios de pequeno porte – constituído por municípios com menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica menor do que 80 hab./km².

Sob esta ótica, o autor afirma que a taxa de urbanização brasileira viria a cair para 56,80%, se se considerasse urbanos apenas os municípios com características exclusivamente urbanas, e para 69,56% se se fossem considerados urbanos o quantitativo de habitantes dos 567 municípios intermediários. (VEIGA, 2002).

Esta vertente de pensamento a qual se vincula a tese defendida por Veiga, aponta que existe uma forte ligação entre o rural e o urbano. Assim, pensa-se em termos de interrelação rural-urbana, considerando a heterogeneidade das áreas rurais e urbanas.

Considerando que para se entender o rural é essencial compreendê-lo a partir da sua relação com a cidade, Abramovay (2001) também critica a definição do que seja rural ou urbano no Brasil. E, indo além da crítica à análise dos dados pelo IBGE, salienta que o rural tem uma dimensão territorial e não setorial.

Ressaltando o caráter territorial do rural enquanto lugar que representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico, o autor assinala a necessidade de se considerar, na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento rural, as transformações internas e externas, as novas articulações e as configurações de novos territórios rurais.

Do mesmo modo, Veiga (2002: 47) aponta que é importante um “*plano para o desenvolvimento estratégico para o Brasil Rural*”, repensando o rural frente às novas atividades e às novas relações estabelecidas no rural brasileiro. Ambos os autores partem de uma análise voltada para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano, estabelecida pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) que possui indicadores que permitiriam melhor compreensão das disparidades existentes em diferentes situações territoriais.

As discussões trazidas por Graziano da Silva (1999) apontam para a perspectiva de um novo rural, com novas relações de trabalho, atividades, padrões de produção e com novas estratégias de sobrevivência. Segundo o autor, nos últimos anos tem ocorrido um processo de transformação no espaço rural brasileiro, o que implicaria em uma possível constituição de “*um novo mundo rural*”.

Para Graziano da Silva (1999) este novo rural é uma realidade que revela uma complexidade envolta por grandes transformações que vão desde mudanças radicais no tipo de ocupação da mão-de-obra até ao que o autor chama de *rurbanização*, na qual se prevê a incorporação do espaço rural ao espaço urbano.

As mudanças radicais das quais fala o autor dizem respeito ao processo de modernização agrícola que acarreta a elevação do número de desempregados rurais. Estes, que outrora realizam atividades temporárias nos períodos de plantio e colheita e agora foram substituídos por máquinas agrícolas, buscam alternativas de sobrevivência, sendo a principal e imediata a migração para a cidade, o que acarreta o crescimento desordenado do urbano, aumento da pobreza e dos índices de violência, acentuando, assim, as problemáticas urbanas (GRAZIANO SILVA, 1999).

Aqueles trabalhadores que permanecem no campo vivenciam o lado mais perverso do processo de modernização agrícola: a competição desenfreada dos grandes produtores leva ao aumento das produções por meio do aumento da produtividade. Neste cenário, os trabalhadores rurais e agricultores familiares acabam por serem excluídos do processo produtivo, encontrando dificuldades para serem

reabsorvido tanto no mercado de trabalho rural quanto (e principalmente) no urbano (GRAZIANO SILVA, 1999).

Diante desta realidade, há o aumento da migração para cidade, como já citado, ou o envolvimento desses trabalhadores com atividades não agrícolas, que segundo Graziano da Silva (1999), por vezes, oferecem maior rendimento que os obtidos nas atividades agrícolas.

Para os agricultores familiares e trabalhadores rurais, as ocupações em tempo parcial de remuneração elevariam suas rendas possibilitando sua permanência no campo em condições dignas. Assim, para o autor, a principal alternativa para reter a população no campo seria por meio de estratégias que possibilitassem o desenvolvimento de atividades não agrícolas no campo, combatendo, desta forma, a pobreza rural.

Verifica-se que o autor parte de uma ideia de que há um *continuum* rural-urbano no qual prevaleceria um duplo processo de urbanização do campo brasileiro, a saber: a expansão da produção urbana para setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente urbanas para áreas de agricultura modernizada. Esse processo contribuiria para que a agricultura se integrasse de tal forma ao restante da economia, que já não seria possível separá-la dos demais setores da economia.

Alentejano (2000) compreende como sendo precipitado considerar que essas transformações decorrentes do processo de modernização agrícola dos anos de 1960 e 1970, como uma nova realidade no campo brasileiro. Isso porque velhos problemas como a concentração fundiária e a pobreza extrema de grande parte dos pequenos agricultores ainda persistem. Todavia, afirma o autor, não é possível negar as transformações pela qual vem passando a agricultura brasileira nas últimas décadas. Essas transformações convivem com as velhas estruturas que persistem nas relações rurais do campo brasileiro.

Wanderley (2009) adota uma abordagem segundo a qual este *continuum* expressaria a relação de aproximação rural-urbana. Esta aproximação não faria desaparecer suas peculiaridades. Seria, então, necessário apreender a complexidade e a diversidade do espaço rural que é um espaço próprio, gestor de um modo de vida distinto daquele que é produzido no espaço urbano.

A autora aponta que a emergência de uma nova ruralidade estaria vinculada não a supremacia do urbano sobre o rural, mas, ao contrário, ligar-se-ia por meio das novas e modernas formas de relacionar-se com a sociedade contemporânea, sem,

contudo, extinguir-se suas especificidades. Assim, para a autora a apreensão deste novo rural seria necessária para compreender os contornos, especificidades e representações do espaço rural.

Este espaço rural, para Wanderley (2009) deve ser entendido ao mesmo tempo como espaço físico (ocupação do território); lugar das particularidades do modo vida e das referências identitárias; e, ainda, lugar onde se vê e se vive o mundo, inserindo-se, assim, nas esferas mais amplas da sociedade, não sendo um universo isolado, mas que carrega especificidades que devem ser buscadas através da história, enquanto produto de uma formação sócio-histórica concreta.

Concorda-se com Wanderley (2009) sobre a necessidade de se reconhecer o rural brasileiro a partir de suas relações com o urbano e também segundo suas relações internas específicas, ressaltando a sociabilidade que garante a manutenção do rural. Mas também, ressaltam-se as consequências do processo de rurbanização apontado por Graziano da Silva, que mesmo com as relações de sociabilidade internas que garantem a sua manutenção, estabelecem no processo reprodutivo dos agricultores familiares novas dinâmicas decorrentes da expansão capitalista no campo e atinge não apenas o latifundiário, as grandes *commodities*, mas têm consequências nas relações de trabalho que passam a existir no rural, principalmente nos agricultores que se tornam pluriativos. Isto porque é

"na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais." (MARX, 1974:135).

E neste sentido, o rural permanece com as particularidades de sua sociabilidade, ao mesmo tempo em que são criadas ou recriadas outras relações de produção para viabilizar o processo de expansão e acumulação do capital.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

As discussões teóricas sobre o campesinato há muito vêm sendo nas ciências sociais. O sociólogo José de Souza Martins (1979), por exemplo, compreende a formação do campesinato como produto das contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, para que possa ocorrer à reprodução ampliada do capital no campo, é necessário haver relações não capitalistas de produção.

Nas análises de Graziano da Silva (1981), o campesinato estaria inserido no capitalismo como parte dele, sendo o sentido do desenvolvimento do capitalismo no campo é a industrialização da agricultura. O capital, por sua vez, encontraria formas de apropriar-se do excedente da produção camponesa, em uma estrutura produtiva que atrela a produção camponesa à capitalista.

Para Wanderley (2009), a integração à economia de mercado e à sociedade de consumo não implicou no rompimento das tradições e valores culturais do campesinato. O agricultor familiar, integrado ao mercado, continua a ser camponês em virtude da sua capacidade de adaptação a contextos históricos, socioeconômicos, culturais e ambientais. Essa adaptação ocorre em decorrência da origem da heterogeneidade das formas sociais da agricultura familiar

De acordo com Schneider (2009), agricultura familiar² enquanto categoria teve sua gênese na conjunção de fatores políticos e econômicos internacionais – por exemplo, o tratado de Assunção³, de 1991, - e nacionais, como os movimentos sociais no campo, que adotaram a expressão “agricultura familiar” enquanto uma categoria política-síntese. Esta categoria abrangia uma ampla base de atores: pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários, agricultores integrados às agroindústrias, que não podiam mais ser identificados genericamente por trabalhadores rurais ou por pequenos produtores.

Wanderley chama a atenção para o fato de que

² Para maior aprofundamento sobre a gênese da agricultura ver: MAZOYER, M; ROUDART, L. **A História das Agriculturas no Mundo** – do neolítico a crise contemporânea. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. ; LAMARCHE, H (coord.). **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. 2ed. (Trad.) Ângela Maria Naoko Tijiwa – Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. Entre outros.

³ Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, que estabeleceu, a 31 de dezembro de 1994, o "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como nova personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõe-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social e diferenciada. (WANDERLEY, 2009:155).

A adoção do termo “Agricultura Familiar” pelo governo ocorre no intuito de determinar um grupo, que não mais poderia - nem mais iria aceitar - ser considerado como pequenos produtores ou trabalhadores rurais. É o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995, quem vai fortalecer a construção do conceito elaborado pelo Estado para atender a este público.

O programa estabelece o agricultor familiar como aquele que sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 04 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 06 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; com 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e mantenham até 02 (dois) empregados permanentes – sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

Esta definição será ratificada e ampliada pela a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, segundo a qual o Agricultor Familiar seria aquele que

“I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~
 III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
 IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”
 (BRASIL, 2006)

Na lei supracitada serão incluídos na condição⁴ de agricultores familiares aquilcultores, extrativistas, pescadores e comunidades remanescentes de quilombos que se enquadrem nas especificações determinadas pela lei.

A consolidação da noção de agricultura familiar esta no bojo da intensificação das ações públicas voltadas a mesma e ao aumento do volume de recursos destinados a esta categoria. Tais políticas apontam para o desenvolvimento da agricultura familiar relacionado com a sustentabilidade ambiental, maior produtividade por unidade de maior geração de emprego e com a segurança e soberania alimentar.

3.1 As Políticas para a Agricultura Familiar no Brasil

O desenvolvimento das políticas agrícolas brasileiras pode ser dividido em duas fases principais: a anterior à década de 1980 e a posterior a ela. No decorrer da primeira fase, as políticas estavam voltadas à produção para atender ao mercado externo e contava com grande suporte nos programas de crédito rural subsidiado, gerando um processo de modernização e ocupação de novas terras. Essas políticas agrícolas concentraram sua atuação em algumas regiões e em determinados produtos, ficando, desse modo, o restante das regiões e dos produtos sujeitos às leis de mercado (COSTA apud GEHLEN, 1997).

Com o programa de crédito subsidiado, os médios e os grandes produtores foram beneficiados em detrimento do pequeno produtor, uma vez que, além de estimular a valorização do preço da terra e desestimular a absorção de mão-de-obra em condições contratuais satisfatórias ocasionou o êxodo rural, expulsando cerca de 28 milhões de pessoas do campo nos últimos 30 anos (DESER, 1997).

Na segunda fase, a crise do modelo de desenvolvimento brasileiro promovido pela ditadura e baseado no endividamento externo, leva a uma mudança na política de desenvolvimento agrícola, tendo como consequência a queda do crédito rural subsidiado, passando a vigorar a política de preços mínimos, que consistia na diminuição do crédito e no apoio via preço. Isso incentivava principalmente o cultivo de alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca e milho).

⁴ É preciso destacar que estes sujeitos não estão definidos como agricultores familiares, mas estão, nas condições da lei, nas mesmas condições que os agricultores familiares de serem assistidos pelas políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Essa política reduzia a incerteza quanto às intervenções do Governo no mercado agrícola, além de viabilizar a competitividade entre as diversas regiões do país (GEHLEN, 1997).

Na segunda fase se processa a emergência de novos sujeitos sociais populares, quando a discussão sobre a viabilidade da agricultura familiar e a necessidade da reforma agrária é colocada em pauta, compondo com outras questões bandeiras do resgate dos excluídos e da postulação de um novo modelo de desenvolvimento para o país.

Apesar de ter havido nessa época uma grande expansão da agricultura familiar, o que muito contribuiu para a produção de alimentos básicos, em nenhuma das duas fases do desenvolvimento agrícola foi dada especial atenção à produção familiar (BUAINAIN, SILVEIRA e TEÓFILO, 2000), muito menos à produção familiar de subsistência, desenvolvida pelos agricultores considerados periféricos e de transição.

Gehlen (1997) salienta que na década de 1990 a ação governamental orientava-se no sentido de reconhecer a contribuição da produção familiar. Mas, em relação aos programas dirigidos à agricultura familiar, pode-se dizer que os esforços eram insuficientes para sustentar o desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores, uma vez que, em muitos casos, tais programas tendiam a adotar postura assistencialista⁵ e clientelista.

A agricultura familiar tem sido considerada um dos recursos para o enfrentamento da exclusão/questão social, e vista como um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, a redistribuição da renda, a garantia da soberania alimentar do país - pois é responsável pela produção da maior parte dos gêneros alimentícios consumidos pela população brasileira – além de fator importante na construção do desenvolvimento sustentável (ROSA, 1998).

Um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento da agricultura familiar é a ausência da propriedade da terra por parte de um grande número de pequenos produtores rurais. O sistema de distribuição e utilização de terras no Brasil é um dos mais injustos e ineficientes conhecidos atualmente. Aqui, a terra tem servido mais como bem de capital do que como meio de produção. Desde o descobrimento do

⁵ As ações se caracterizam como assistenciais pela imposição do Estado na elaboração e na definição de critérios de seletividade, restringindo o acesso dos indivíduos às políticas sociais, revestindo-as de uma máscara de benefícios e não de direitos.

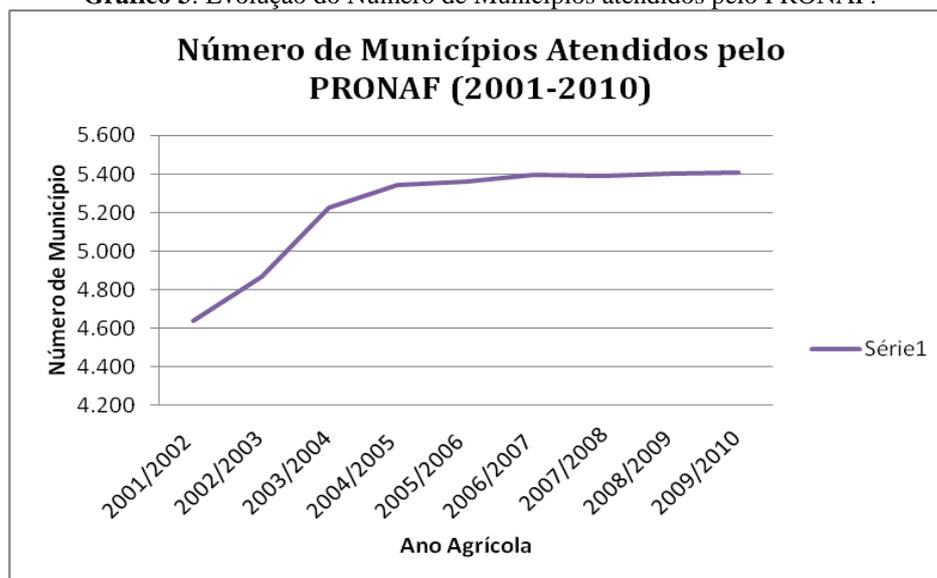
país, tem havido uma grande concentração de terras, sem que esta seja efetivamente destinada a cumprir sua verdadeira função: a de gerar condições de vida para os que nela trabalham e para a sociedade em geral (ROQUE, 1997).

Nesse sentido, é fundamental pensar a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar não só do ponto de vista econômico-produtivo, mas de forma integrada, considerando o conjunto de necessidades que a família e o sistema de produção apresentam para garantir a qualidade e o modo de vida da população rural. Assim sendo, a democratização dos meios de produção e do acesso às políticas públicas e ao mercado deveria ser efetivada de forma que o desenvolvimento da agricultura não fosse seletivo e excludente (DESER, 1997).

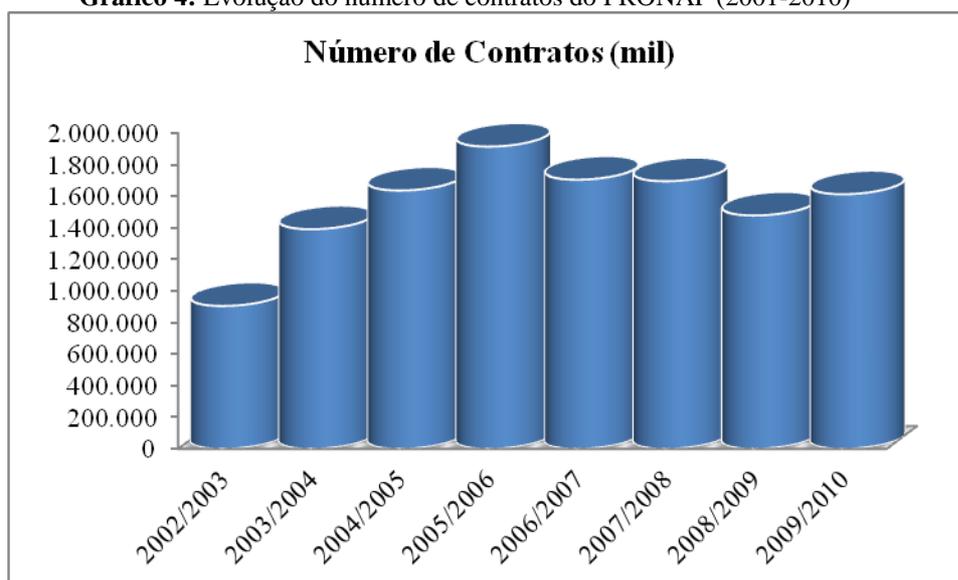
Nas últimas décadas, observam-se mudanças relevantes no modelo econômico e na orientação das políticas de desenvolvimento, tendo em vista o esgotamento de tal modelo e as crescentes dificuldades de os Estados operarem políticas públicas no marco da institucionalidade vigente (OLIVEIRA, 2001).

É dentro desse contexto que o Governo brasileiro tem buscado, através do mercado, a solução para o problema agrário e o conseqüente apoio à agricultura familiar. Para o Governo Federal um dos principais programas que estimula a produção de Alimentos é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Este programa atua no financiamento, proteção, assistência técnica e capacitação, apoio à comercialização, geração de renda e agregação de valor para a agricultura familiar. Sua execução se dá por meio de parcerias com instituições estaduais e das não governamentais e da assistência técnica.

Nos últimos anos, vem crescendo o número de municípios atendidos pelo PRONAF, mais de cinco mil estão inclusos no programa (gráfico 1). A expansão a mais de 90% dos municípios brasileiros reflete-se na ampliação do quantitativo de beneficiários do PRONAF. Atualmente, foram habilitados a participar dos programas de fortalecimento da agricultura familiar cerca de três milhões de famílias, o que pode ser verificado no aumento do número de contratos de financiamento ao longo desse período (gráfico 2) e no aumento do montante de empréstimos concedidos.

Gráfico 3: Evolução do Número de Municípios atendidos pelo PRONAF.

Fonte: Adaptado do DIEESE, 2011. Tabulação própria.

Gráfico 4: Evolução do número de contratos do PRONAF (2001-2010)

Fonte: Adaptado do DIEESE, 2011. Tabulação Própria.

Esta ampliação foi ocasionada pela criação de novas linhas de crédito e pela redução dos juros, o que promoveu o maior acesso aos investimentos principalmente para os produtores de alimentos (BRASIL, 2009).

Especial atenção ao ano de 2008, o qual foi marcado por dois eventos: o primeiro dentro do contexto das decisões das políticas governamentais; o segundo, referente as ações dirigidas à Agricultura Familiar em particular.

No que diz respeito ao primeiro, a crise de alimentos, ocorrida no primeiro semestre de 2008 foi caracterizada pela alta no preço dos alimentos e levou o governo à oferta dos produtos agropecuários para o mercado interno. Mas, o surgimento da crise econômica apresentou-se como potencial que veio a limitar os efeitos positivos das ações governamentais em virtude da retração de crédito que imperava.

Neste contexto, lançou-se o Plano Safra 2008-2009 cujas ações estavam direcionadas à Agricultura Familiar através da aplicação de novas regras para o público alvo do PRONAF e o lançamento da linha de crédito MAIS ALIMENTOS. Esta linha de crédito foi lançada pelo Governo Federal em resposta à crise de alimentos iniciada em meados de 2007, destinava-se a mecanização da produção familiar que poderia adquirir máquinas e equipamentos agrícolas.

O Governo Federal conseguiu da indústria automobilística desconto de até 15% nos preços de tratores para Agricultura Familiar. Mas, efetivamente, ajudou a indústria a superar a crise mediante o consumo de tratores pela agricultura familiar. Desse modo, tal ação do governo foi mais um componente do governo do conjunto de medidas anticíclicas para enfrentar a atual crise econômica.

A classificação dos grupos de Agricultores Familiares, público alvo do PRONAF foi alterada pelo Governo Federal. Foram aglutinados em um único grupo, que passou a ser denominado Agricultura Familiar, os grupos C, D e E⁶. Deste modo, pode flexibilizar o crédito para o público do PRONAF.

A seguir, estão apresentadas as características de cada Grupo e Linha: quais são os beneficiários, as finalidades dos financiamentos (o que pode ser financiado) e as condições de limites, bonificações, taxas e prazos, segundo cartilha de acesso ao PRONAF 2010/2011 (SEBRAE, 2010).

⁶ O grupo C destinava-se à Agricultura Familiar em processo de consolidação. Os grupos D e E estavam voltados para Agricultura Familiar consolidada e voltada ao mercado. SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A. MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In.*: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M.(Org.). **Políticas Públicas e Participação Social**. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

Quadro 2: Grupos básicos do PRONAF, enquadramentos e finalidades.

Grupos	Enquadramento	Finalidade
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); Público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Reassentados em função da construção de barragens.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.
A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); Público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.
B (microcrédito rural)	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas.
C	Agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida do Grupo C, emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não haviam contratado as seis operações de custeio com bônus.	Financiamento de custeio, isolado ou vinculado, até a safra de 2012/2013.
PRONAF Comum	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, bem como o custeio agropecuário.

Fonte: Adaptado da cartilha de acesso ao PRONAF 2010/2011_SEBRAE, 2010.

No que concerne ao público beneficiário, sete grupos de produtores são considerados agricultores familiares para fins de obtenção dos créditos e benefícios do PRONAF:

- I. Pescadores artesanais;
- II. Extrativistas;
- III. Silvicultores;
- IV. Aquicultores, maricultores e piscicultores;
- V. Povos indígenas;
- VI. Criadores de animais silvestres.
- VII. Quilombolas

Na concepção do governo, o PRONAF destaca-se, como uma das políticas para a integração do meio ambiente e produção, além de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais (MDS, 2009).

No entanto, programas que poderiam contribuir mais e que não integram o PRONAF e poderiam atender o público mais pauperizado da Agricultura Familiar, como o Garantia Safra e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sofrem restrição orçamentárias e problemas operacionais que impedem sua expansão e efetividade. Este público de Agricultores Familiares necessitam de assistência técnica e extensão rural de qualidade objetivando diversificar sua produção.

Enquanto os órgãos gestores não tiverem estruturas suficientes para, no mínimo, monitorar e avaliar com qualidade os recursos baseados na terceirização financiada por repasses de recursos federais, pouco adianta os valores orçamentários para as ações. Portanto, a despeito das novas regras o agente bancário que opera sob a lógica da “*capacidade de endividamento*” está criando dificuldade para o pequeno agricultor para obter crédito com valores mais altos do que as regras anteriores. Por conseguinte, não se vislumbra grandes alterações no desempenho do crédito PRONAF em relação à sua distribuição dos seus investimentos.

3.1.1 A Abordagem Territorial nas Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural

O desenvolvimento territorial, nome pelo qual se designa um amplo número de propostas que pretendem contribuir para a superação das limitações do desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população em lugares concretos, através da mobilização das qualidades presentes no território, tem sido utilizado como instrumento da gestão pública através medidas e ações com o objetivo de transformar a realidade.

A análise destas intervenções é uma estratégia para se compreender a intervenção do Estado, permitindo conhecer as experiências, informações e reflexões que podem contribuir nas propostas de desenvolvimento territorial em função não do que essas políticas desejam, mas sim pelo que tem sido (e é) sua implementação.

As áreas rurais e suas populações e lugares menos favorecidos, dominados pela pobreza tem sido objeto das políticas para o desenvolvimento rural. Compreender o acionar do desenvolvimento rural a parti de situações concretas permite não só refletir sobre o alcance das propostas, como também pretende contribuir para a superação dessa situação através do conhecimento da realidade, pois dar visibilidade a pobreza rural, aos mais necessitados de lugares menos conhecidos, é uma questão de grande importância.

Considerando o território como âmbito de exercício de relações de poder e como instância constitutiva das mesmas, que se pode articular as dimensões da globalização e descentralização na compreensão das dinâmicas específicas dos lugares, no caso em estudo, a Mata Sul de Pernambuco; destes âmbitos rurais, dominados pela pobreza, nos quais diversas medidas e ações vinculadas ao desenvolvimento rural se tem implementado.

As dinâmicas e tendências da globalização estão relacionadas com sua influência nos lugares e como estas se alimentam das especificidades de cada um deles. Assim, a homogeneização e diferenciação estão presentes no mundo atual e se concretizam no mundo atual, onde se condensam e manifestam as realidades particulares, mas inter-relacionadas com o resto.

Ao conceber esses lugares como territórios, enfatizando as relações de poder que neles se processam, essa análise interpretativa permite compreendê-los como âmbitos ativos e relevantes dos processos vinculados à globalização e a descentralização, enquanto estas se concretizam e se especificam neles. É isto o que torna relevante o estudo destes lugares, e que possibilita a compreensão da realidade atual. Assim, os lugares não podem deixar de estar inscritos nas tendências dominantes, porque se abrem à oportunidade e ao novo, pois resgatam valores de inclusão e direitos sociais que também orientam a interpretação das realidades locais em estudos.

As tramas sociais, ou seja, o conjunto de atores, relações e práticas sociais que se estabelecem em torno de objetivos ou metas concretas, permitem destacar as formas de organização e participação local, em função da consecução de determinados fins e que remetem a questão do fortalecimento, que é central nas propostas de desenvolvimento territorial (por exemplo, programas que fomentam as associações e sindicatos).

Isto possibilita reconhecer a riqueza e a complexidade das tramas sociais que se constituem aos objetivos concretos, como, por exemplo, a administração coletiva que se entrecruzam com as organizações formais, as tradicionais, as informais, costumes diferentes, normas estabelecidas, e que vão mudando como tempo. O resultado é múltiplo e aberto, em movimento permanente.

Também o são a forma de participação, os papéis desempenhados pelos sujeitos, as formas de articulação entre eles. Estes processos organizativos evidenciam o fortalecimento das populações locais que participaram delas, e de que a aprendizagem e os resultados obtidos através dessa participação reverteram ou foram revertidos positivamente em outros projetos. E a reafirmação identitária ou as estratégias que venham fazer frente aos processos de marginalização ou exclusão social.

Mesmo envolvendo situações de abertura e participação da população local, embora com suas limitações, observa-se que elas estão abertas a transformação e ao novo, ou seja, atores em marchas ativos na defesa dos seus interesses e de melhoras suas condições sejam estas materiais ou simbólicas.

Estes processos associativos e a organização institucional mostram a existências de diversas estratégias orientadas a incrementar a autonomia dos atores, mesmo que em função de objetivos múltiplos e muitas vezes contraditórios, e também com resultados muito diferentes, mas com consequência no aumento da autonomia. Além dos resultados alcançados ela é de grande importância ao se considerar os processos de subordinação históricos ao qual estavam sujeitos estes grupos.

3.2 O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) foi concebido em 2003, mas foi consolidado em 2004, através das principais referências metodológicas. O programa dispõe do apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de outras instituições federal, estadual e municipal, colaboradores não governamentais e redes profissionais.

O PRONAT procura praticar a missão da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que é o de *“apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas”* (SDT/MDA, s/d).

Sua estratégia metodológica é conjugar o apoio ao desenvolvimento territorial à auto-organização dos atores sobre o Território. Assim, as ações de desenvolvimento territorial têm de contribuir para a ampliação da autonomia e da integração dos atores no território.

A formulação e implementação da política de desenvolvimento rural no Brasil vêm se dando pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta política tem se tornado numa estratégia inovadora de desenvolvimento institucional, concretizando-se mediante o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) que se baseia na gestão social do território.

Segundo o MDA (2005) a gestão social territorial é o processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política.

Um dos diferenciais desta estratégia é a criação de espaços de legitimação da participação organizada dos atores sociais em cenários de acordo territorial, os quais permitem estabelecer um modelo participativo de planejamento, uma estrutura institucional de participação e um modelo de gestão das decisões de política e de controle social (MDA, 2006).

Este modelo se torna exigente em relação à qualificação da participação, tanto dos agentes públicos territoriais como da sociedade civil. Entre os múltiplos aspectos que este processo demanda, a comunicação e a gestão da informação adquirem um papel privilegiado. A informação adequada, no processo e no momento adequado, nas mãos dos atores adequados é um desafio central e determinante do êxito da gestão social do desenvolvimento territorial.

O objetivo maior do programa consistiu em estabelecer um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e um Sistema de Gestão Estratégica (SGE) como instrumentos de mobilização da sociedade e de formulação de políticas

públicas para a construção territórios rurais sustentáveis, dentro dos princípios da descentralização da gestão pública e do fortalecimento do planejamento participativo.

O PTDRS da Zona da Mata Sul/PE foi concebido como um plano estratégico onde diversos atores locais privados e públicos estabeleceram uma institucionalidade para gestão social do território, aceitando o desafio de instituir permanentemente mecanismos para o alcance do desenvolvimento sustentável, mediante a articulação dos diversos setores sociais em torno de uma visão comum, a de construir políticas públicas com sustentabilidade social, econômica, ecológica, política e cultural.

Sendo assim, e independentemente das esferas de articulação institucional, a construção dessas políticas sempre será uma tarefa política e social baseada na identificação e definição de indicadores que orientam seus atores na implementação das ações planejadas em prol do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, as lideranças organizacionais atreladas à gestão do programa e ao Colegiado Territorial, devem estar comprometidas continuamente com o cumprimento de metas consensuais de desenvolvimento sustentável, sempre sob orientação de processos de monitoramento e avaliação que indiquem sucessos e insucessos da efetivação do que se foi proposto.

Esse envolvimento fortalece o protagonismo dos atores locais no acompanhamento da implementação das políticas públicas de sustentabilidade, onde a necessidade de informação é um dos aspectos fundamentais do processo de implementação do programa, do plano e do sistema de gestão social do território (Sistema de Gestão Estratégica).

Para que se possam diagnosticar situações pque possam modificar e acompanhar a efetivação das ações propostas são necessárias informações tanto quantitativas quanto qualitativas que expressem resultados esperados e forneçam uma referência para debate e avaliação (GEHLEN, 2009).

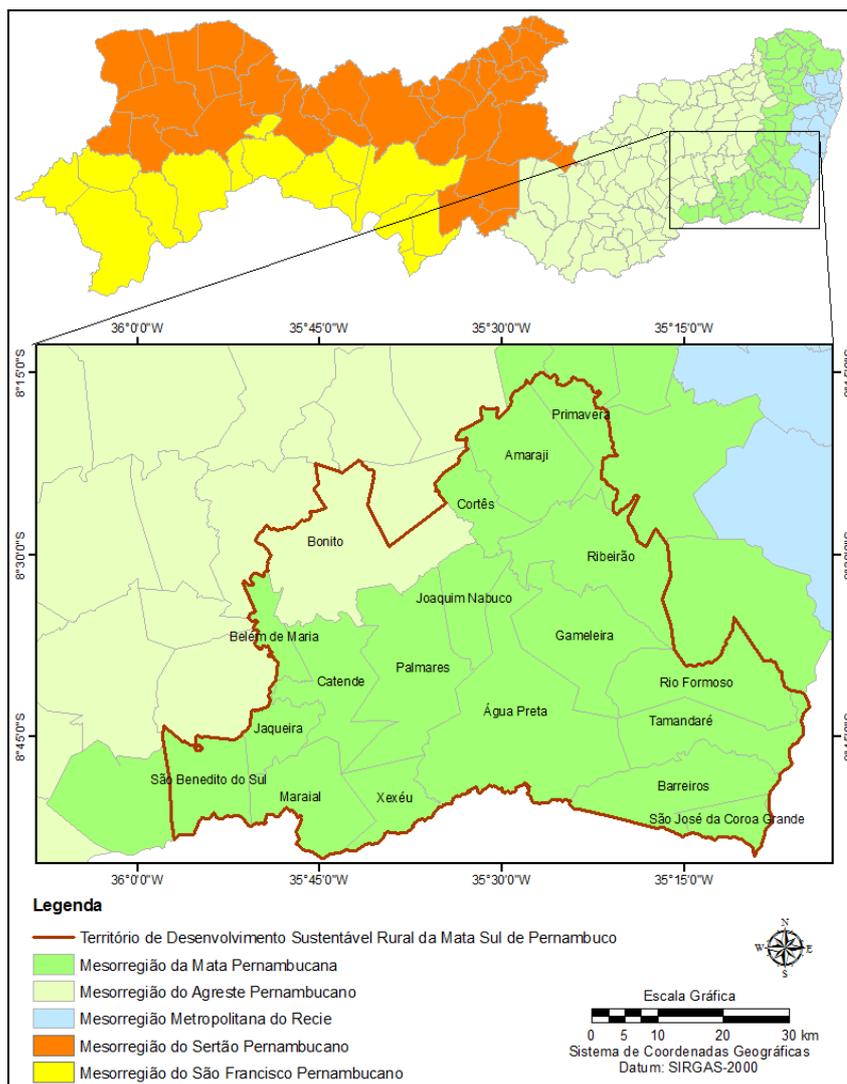
4. O TERRITÓRIO RURAL DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

A Mata Sul de Pernambuco é uma região marcada por inúmeros conflitos sociais e ambientais, histórica e economicamente construídos ao longo da formação da sua sociedade, assinalada pelo monopólio da cana e por uma intervenção estatal voltada ao processo de acumulação capitalista na região.

Enquanto espaço institucionalizado pelo Estado brasileiro, interessa a esse estudo a inserção da Mata Sul de Pernambuco no Programa Territórios da Cidadania, que a demarca enquanto um espaço prioritário de intervenções estatais, onde se espera “*universalizar programas básicos de cidadania por meio do desenvolvimento territorial sustentável*”, abrangendo as diversas políticas sociais que garantam o desenvolvimento da região, atrelando-as a abordagem territorial, a qual considera diversos fatores sociais, econômicos, culturais e naturais como contributivos para um desenvolvimento territorial. Insere-se, ainda, esta parcela espacial, no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o qual vincula o desenvolvimento rural à abordagem territorial.

O Território da Mata Sul de Pernambuco desempenha um papel estratégico na economia do Estado. Composto por 19 municípios (figura 1), este Território passa por um forte processo de diversificação da sua economia, especialmente, com atividades direcionadas ao turismo de praia e a ocupação do território rural por muitos assentamentos de reforma Agrária. Estes municípios são, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), interligados por uma economia, cultura e identidade territoriais comuns.

Figura 3: Território de Desenvolvimento Sustentável Rural da Mata Sul de Pernambuco.



Fonte: Projeto Observatório do Desenvolvimento - MCT/CNPq/SDT/MDA (2009).
Organizado pela autora (2012).

A identidade territorial compreende a relação que o sujeito estabelece com o lugar em que ele vive, referindo-se ao processo de identificação local que é perpassada pelo processo histórico e pela relação homem-natureza. Assim, ao se delinear um perfil identitário em um Território rural considera-se o processo de colonização, os movimentos sociais e a existência (ou não) de comunidades tradicionais (GEHLEN ET AL, 2012).

No caso do Território da Mata Sul de Pernambuco, os principais elementos vinculados a uma identidade territorial comum dizem respeito, principalmente, a sua formação sócio-histórica, vinculada ao latifúndio voltado para a cana-de-açúcar. Durante o século XX foi sendo, relativamente, desmontado pela crise do setor, dando lugar a um espaço voltado para a Agricultura Familiar. Atualmente, a Agricultura

Familiar aparece como forte elemento na região, aonde, nos últimos anos vem sendo desenvolvida uma série de políticas que objetivam o fortalecimento desta atividade dentro dos assentamentos de Reforma Agrária que se formaram ao longo do declínio da cana-de-açúcar (GEHLEN ET AL, 2012).

No que concerne à economia, a cultura da cana ainda é responsável pela a economia local, sendo a principal cadeia produtiva da região. Mas, está em curso na região um processo de diversificação econômica pelo qual vem passando a região, resultado das atividades direcionadas ao turismo, as atividades industriais e a constituição de muitos assentamentos da Reforma Agrária (PDSTR-MATA SUL, 2003).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Mata Sul (2003), os municípios que compõem o Território da Mata Sul estão inseridos na Região de Desenvolvimento (DR)⁷, utilizada pelo Governo do estado de Pernambuco para a sua intervenção.

Todavia, na proposta do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), espera-se que sejam inseridos mais municípios⁸ em virtude da reivindicação de ingresso no PRONAT por terem presença de agricultores familiares e assentamentos rurais, embora estejam localizados na Região de Desenvolvimento do Grande Recife, como é o caso dos municípios do Cabo de Santo Agostinho⁹ e Vitória de Santo Antão.

O motivo desta inserção é, segundo o documento, a forte identidade e a coesão social existentes na região, qual seja: a cultura da cana-de-açúcar, a formação dos assentamentos de Reforma Agrária e a luta pela consolidação da Agricultura Familiar na região.

⁷ As Regiões de Desenvolvimento (DR) foram estabelecidas pelo Governo do Estado de Pernambuco por meio da Secretaria de Articulação Social e Regional (SEART) para a delimitação das áreas prioritárias ao desenvolvimento estratégico do estado. Foram delimitadas doze (12) DR: Mata Sul, Mata Norte, Agreste Meridional, Agreste Central, Agreste Setentrional, Itaparica, Moxotó, Pajeú, Araripe, São Francisco, Região Metropolitana do Recife (RMR) Oeste, RMR Centro, RMR Norte.

⁸ A delimitação do Território da Mata Sul de Pernambuco pelo Governo Federal não contempla os seguintes municípios: Chã Grande, Escada, Pombos, Vitória de Santo Antão e Sirinhaém. Além disso, é incluído o município de Bonito, o qual na delimitação do Governo do Estado é inserido na Região de Desenvolvimento do Agreste Central.

⁹ Na divisão das DR pelo Governo do Estado, o município do Cabo de Santo Agostinho é inserido na DR Região Metropolitana do Recife (RMR) OESTE.

Neste trabalho, para compreender a dinâmica da região ora discutida, foi necessário considerar quatro elementos da sua constituição:

1. A formação da mão de obra assalariada;
2. O declínio da cana de açúcar;
3. A emergência de uma intervenção estatal voltada para o capital industrial;
4. A emergência de movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais.

Tais elementos não se tratam de fatos aleatórios que se podem salientar no processo histórico da região. Formam um conjunto que possibilitou, nas últimas décadas, uma reorganização socioespacial, marcada, em alguns pontos, por avanços e, em outros, pela manutenção de um sistema de reprodução. Não são fatos isolados, ainda que nem todos sejam contemporâneos.

São acontecimentos relacionados entre si, temporalidades que se encontram e que conformam a realidade presente, sendo necessário à compreensão das principais questões da região um mínimo entendimento dos processos que se deram ao longo das últimas décadas, os quais rebatem, sobremaneira, na forma de reprodução e sociabilidade das pessoas da Zona da Mata Sul.

4.1. A Formação do Trabalhador Assalariado

A atividade canavieira foi crucial no processo de colonização das terras brasileiras, determinando as particularidades do agrário brasileiro. Seus reflexos estão arraigados ao processo de formação histórica e estabeleceram marcas que ainda se fazem presente na atuação de seus atores, nas relações sociais de trabalho e na configuração do espaço brasileiro.

Wanderley (1978) afirma que a formação social do Brasil constituiu-se por meio de uma colonização voltada, fundamentalmente, para a acumulação do capital comercial europeu. Assim, o espaço brasileiro, em particular da Mata nordestina, organiza-se pelo capital em sua fase mercantilista; e desde o início do processo de formação socioeconômico, prioriza-se a lógica da produção tendo por base a exploração da mão de obra escrava, primeiramente indígena e, depois, negra, visto

que, neste momento histórico, era mais lucrativa a dinâmica capitalista nas novas terras exploradas.

O emprego da força de trabalho escrava foi essencial para a manutenção e o progresso da atividade canavieira praticada no Brasil colônia. Para Caio Prado Júnior (1978) “*É a escravidão, em que o Brasil se formou, e que apenas duas gerações passadas ainda conheceram, é isso que se prolonga até hoje à margem da lei e imprimindo seu cunho anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro*”.

Tal fato constitui-se como aspecto relevante para se compreender a formação agrária brasileira e as relações de produção e trabalho no campo, uma vez que aponta para um cenário cuja característica principal é a concentração fundiária e a precariedade nas condições de trabalho, presentes até os dias de hoje.

No que se refere à organização da sociedade açucareira, Segundo Wanderley (1978) e Andrade (2005), sua pirâmide tinha em seu corpo senhores de engenhos, lavradores, moradores e empregados, e os escravos. Salienta-se que os escravos, juntamente com a terra e os meios de produção, constituíam-se enquanto propriedades dos senhores de engenhos.

Quanto ao morador e ao empregado, de acordo com Andrade (2005), o segundo vinculava-se ao senhor de engenho por meio dos trabalhos técnicos, não dominados pelos escravos africanos ou indígenas, o que exigia a contratação de mão-de-obra assalariada vinda, por vezes, de fora do país; já o primeiro recebia autorização para utilizar um pedaço de terra e construir uma choupana e um roçado.

No que se refere aos lavradores, Wanderley (1978) os define em dois tipos: os “*obrigados*” e os “*parceiros*”. Os lavradores obrigados eram pequenos agricultores não proprietários de terras, mas que possuíam alguns escravos. Alugavam as terras dos senhores do engenho em troca da obrigação de entregar-lhe toda produção de cana. Já os lavradores parceiros eram proprietários de terras e de escravos, obtendo além da renda da produção de açúcar a renda fundiária. Andrade (2005) assinala que estas condições faziam com que os lavradores se encontrassem em melhores situações que os moradores e empregados.

Porém, Wanderley (1978) salienta que, embora livres e proprietários de terras e escravos, submetiam-se aos jogos dos senhores de engenhos que lhes pagavam pelo produto da cana como bem lhes apossassem, sendo, nas palavras de Andrade (2005),

o conflito entre senhores de engenho e lavradores um “*o ponto nevrálgico*” do processo de produção açucareira.

A compreensão destas relações é importante, uma vez que esses sujeitos, quando da extinção do tráfico negreiro, vieram a constituir uma reserva de mão-de-obra a ser utilizada pelos proprietários dos engenhos (ANDRADE, 2005; WANDERLEY, 1978).

O enfraquecimento dessa organização dá-se em meados do século XIX. Trata-se de um somatório: o fim do tráfico negreiro; a independência brasileira; abolição da escravidão; o desenvolvimento do açúcar da beterraba qualitativamente melhor. Esta nova realidade, forjada pelas pressões internacionais, demanda a conformação de uma massa de trabalhadores assalariados, que vem a ser composta de moradores, lavradores e escravos livres (ANDRADE, 2005; WANDERLEY, 1978; PRADO JÚNIOR, 1976).

As modificações ocorridas no mercado açucareiro foram respondidas por meio de uma tentativa de controlar a concorrência internacional. Para tanto, foram criados engenhos centrais, através dos quais se objetivou o desmembramento do cultivo da cana da fabricação do açúcar e a subordinação da indústria açucareira à lavoura canavieira tradicional. Ainda que malograda, esta tentativa não foi de toda sem êxito. Segundo Guimarães (1982), estes empreendimentos foram responsáveis pela introdução de maquinários no parque fabril canavieiro nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, contribuindo para o seu ingresso na era das usinas.

A necessidade em abastecer o crescente número de usinas e o aumento da produção naquelas existentes, acentuou o processo de concentração fundiária. A expansão das lavouras canavieiras ocorria em detrimento das culturas de subsistência suprimindo as pequenas propriedades produtoras de diversos tipos de alimentos.

Em Pernambuco, a expansão da cultura da cana foi além dos limites da Mata Sul com o Agreste, onde havia pequenos agricultores com terras arrendadas, os quais foram expulsos pelos proprietários para dar lugar ao plantio da cana. Na Mata Sul, as áreas delimitadas para a cultura alimentar dos trabalhadores foram suplantada pela cana-de-açúcar, o que tornou mais difícil a vida dos trabalhadores rurais (WANDERLEY, 1978).

Analisando este contexto, Prado Júnior (2003:30) aponta que “*nas zonas açucareiras do Nordeste, o trabalhador rural vive hoje em piores condições que há*

anos passados. E o fator diretamente responsável por isso, foi precisamente o progresso e desenvolvimento econômico daquelas zonas”.

Verifica-se que a transição do trabalho escravo para o assalariado não alterou significativa a questão agrária brasileira. As relações de poder se mantiveram praticamente as mesmas, e seus protagonistas tomaram medidas que mantivesse o *status quo* agrário, como foi o caso da Lei de Terras em 1850. Para os trabalhadores, em virtude das novas formas de emprego da força de trabalho no campo, as condições de trabalho e de sobrevivência pioraram. Desprovidos de outras formas de sobrevivência, são submetidos à baixíssimos salários e a uma perversa exploração física, decorrente das precárias condições de trabalho e extensas jornadas de exaustiva atividade.

Na Mata pernambucana, o processo de formação social do trabalhador, livre para vender sua força de trabalho, foi, segundo Wanderley (1978), permeado de particularidades. Seu salário, por exemplo, era dividido em duas partes: a primeira seria a monetária, correspondente ao salário propriamente dito, e a segunda, o direito de utilização da terra para a cultura de subsistência, que seria revertida em dias de trabalhos gratuitos ao proprietário. Nessa realidade, salienta a autora, o vínculo com a terra não era de caráter jurídico, sendo possível a qualquer momento, serem manipulados pelos proprietários, de acordo com a conjuntura econômica da cana de açúcar.

Já na segunda metade do século XX, marcada pela modernização agrícola brasileira, ocorre a intensificação do regime sazonal no campo. É nesse período que na lavoura canavieira do Nordeste dá-se substituição do denominado sistema de morador pelo sistema de empreitada. De acordo com Guimarães (1982)

O trabalhador remunerado por tarefa e empreitada, que tende a substituir, na agricultura brasileira, o trabalho remunerado por unidade de tempo, presta-se, em circunstâncias tais como as atualmente evidentes no Brasil, à utilização das formas mais brutais de exploração do homem. Essas formas são típicas de épocas e situações em que coexistem dois fatores essenciais: 1) uma superabundante mão de obra, em quantidade superior às possibilidades reais de emprego; e 2) um proletariado rural desorganizado e desprotegido de um efetivo amparo legal.

Esse tipo de relação laboral, no Brasil, de uma maneira geral, é marcado por um grande deslocamento de trabalhadores, que tinham por objetivo realização de atividade de plantio e colheita nas culturas de cana onde a mão-de-obra disponível é

insuficiente. Essa prática torna-se rotineira a cada nova safra, em muito se assemelhando à escravidão devido à existência de dívidas dos trabalhadores referentes ao transporte, moradia e até mesmo com a alimentação.

Nessas condições surge a figura do boia-fria, nome que se dá a uma classe de pessoas que se dedica, sem relação empregatícia permanente, ao trabalho rural. Essa figura é submetida a precários meios de transporte a fim de deslocar os trabalhadores, as moradias onde permaneciam durante todo o período de safra tinham péssimas condições de higiene, representando riscos à saúde desses trabalhadores. A alimentação lhes era fornecida possuía baixa qualidade, sendo pobre em nutrientes e vitaminas. O pagamento das dívidas por moradia, transporte e alimentação representava questão de sobrevivência para os cortadores de cana, na medida em que eram coagidos e oprimidos física e moralmente (SILVA, 2005).

São estes os sujeitos que irão compor a mão de obra assalariada da Mata Sul de Pernambuco, a serem absorvidos pelas Usinas de cana de açúcar. O século XX será marcado por uma crise estrutural que atinge o seguimento da indústria canavieira no Nordeste. Esse processo veio a culminar com o fechamento sucessivo de usinas em Pernambuco.

4.2. *A Crise das Usinas de Pernambuco*

A competitividade internacional do açúcar, gerada por outras colônias produtoras e pelo açúcar da beterraba, conduziu a cultura da cana no Brasil ao seu aperfeiçoamento técnico. É na esteira do avanço técnico dos engenhos banguês, transformados em usinas, que se ocorre uma expansão usineira no de Pernambuco. Segundo Andrade (1994), pode-se dividir a fase expansionista das usinas em quatro períodos:

O *primeiro* iniciou-se em virtude das garantias de juros dadas pelo governo imperial, a partir de 1870, com a criação dos engenhos centrais, substituídos no final da Primeira República (1889-1930) por numerosas usinas. A intervenção do governo foi causada pela necessidade de modernização da produção açucareira. Tal modernização teve caráter técnico (introdução de novas técnicas e maquinários na produção do açúcar) e gerencial (nova forma de organizar os engenhos com o intuito

de não perder a competitividade no mercado internacional). Neste sentido, foram criados os Engenhos Centrais e as Usinas (ANDRADE, 2001).

De acordo com Andrade, o que diferenciava as usinas dos engenhos centrais era que:

“... as usinas, sendo de propriedade de antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização da cana e utilizavam a mão-de-obra escrava, enquanto os engenhos centrais, subsidiados e com garantias de juros do capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto à posse de terras para a cultura da cana e à utilização da mão-de-obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos engenhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais. Esses proprietários de engenho que desmontavam a sua indústria, eram chamados de fornecedores de cana, substituindo os baguezeiros.” (ANDRADE, 2001: 272).

O autor afirma que, principalmente após a proclamação da república, os engenhos centrais foram fechados ou transformados em usinas. Wanderley (1978) salienta que os engenhos centrais não se firmaram em virtude da ação organizada da aristocracia rural, que manteve uma postura defensiva de sua propriedade, não enviando com regularidade a matéria-prima para a produção do açúcar, o que levou ao declínio dos engenhos. A consolidação das usinas representa uma nova fase das forças produtivas e uma transformação nas relações de produção que se estabeleciam na região da Mata Sul.

O *segundo período* foi marcado pela racionalização da intervenção do Estado na economia canavieira e pela criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A criação do Instituto tratou-se de uma intervenção para conter os conflitos que se acentuaram entre fornecedores. Tinha por objetivo a regionalização da agroindústria e a promulgação de leis que regulamentassem as relações dos grupos sociais envolvidos no processo

A criação do IAA organizou as bases para o aumento da produção alcooleira nacional por meio de financiamentos de destilarias anexas às usinas de açúcar. (ANDRADE, 2001). Este período estende-se até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fase na qual o transporte marítimo se mostrava arriscado em virtude da guerra submarina que dificultou o transporte das regiões produtoras do Nordeste para os principais centros consumidores no Sudeste. A alternativa foi aumentar a produção de açúcar em áreas próximas a São Paulo e ao Rio de Janeiro, provocando uma transformação na distribuição espacial da cultura e das usinas.

No *terceiro período*, houve rápida expansão da indústria canavieira devido à crescente demanda interna decorrente do processo de urbanização e industrialização. Além do açúcar, a demanda por álcool também aumentou, em virtude da utilização do produto como combustível auxiliar para a frota de veículos que crescia. Este período pode ser demarcado entre os anos de 1950 até 1970, quando a política do IAA desmoronou em razão da pressão de produtores paulistas no mercado nacional (ANDRADE, 2001). É neste momento que São Paulo torna-se o maior produtor de açúcar do país, e Pernambuco, pela primeira vez desde o período colonial, perde sua hegemonia no setor.

O *quarto período*, ocorrido a partir de 1970, foi marcado por uma intervenção governamental que buscou dinamizar, modernizar e acelerar a concentração da produção de açúcar e expandir a produção do álcool, tendo em vista a reformulação da política energética do país. Vivia-se, nesse momento, a crise do “choque do petróleo”, motivo pelo qual se formulou e se implementou o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) que tinha por objetivo viabilizar o etanol como combustível e estimular sua produção para atender às necessidades do mercado interno e externo e à política de combustíveis automotivos.

O programa fomentava a fabricação de veículos movidos exclusivamente a álcool extraído da cana-de-açúcar, sendo apontado como um marco no uso de biocombustíveis em larga escala. O período do Proálcool foi rico nos investimentos em tecnologia, no aumento da produção e produtividade do álcool combustível (BRASIL, 2005). Este programa ocasionou mudanças importantes na tecnologia e na industrialização da cana no território nacional.

A expansão do PROALCOOL estimulou o desenvolvimento do setor canavieiro no Sul e Sudeste do país. Todavia, durante os anos de 1980 e 1990, a retirada cada vez maior do Estado brasileiro no mercado sucroalcooleiro desencadeou uma crise no setor que afetou principalmente as Usinas do Nordeste.

Tal situação ocasionou um quadro de desemprego, agravando a condição de vida da população e criando um quadro social insustentável, abrindo possibilidades para se realizar a reforma agrária.

4.3. *Os Movimentos Sociais e a Luta pelo Acesso a Terra na Mata Sul*

A dinâmica do modelo de acumulação capitalista no campo brasileiro propiciou o crescimento de uma classe proletária de origem rural disponível para o mercado de trabalho assalariado tanto no campo como na cidade, e também de uma parcela de trabalhadores no campo, que permaneceram lutando pelo direito de viver e trabalhar na terra.

O processo de luta desta parcela de trabalhadores rurais assume proporções mais significativas a partir de 1986, com a abertura política, o retorno da democracia no país e a consolidação da atuação dos movimentos sociais.

Neste período foi aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa a desapropriação de 43.090 milhões de hectares de terras e o assentamento de 1,4 milhões de trabalhadores, criando assim toda uma expectativa para a classe trabalhadora em torno da reforma agrária. Porém o I PNRA não cumpriu mais que 10% de suas metas, o que resultou na eclosão de milhares de conflitos sociais no campo para apressar o processo de reforma agrária (OLIVEIRA, 1998).

É junto a essa camada da população que irão atuar os movimentos sociais organizando os trabalhadores na luta pelo retorno à terra e na resistência na terra. O ressurgimento da luta camponesa no campo ocorre durante o processo de redemocratização do país.

É na década de 1990 que vai ocorrer a maioria das ocupações de terras em Pernambuco, em especial, na Zona da Mata. A princípio essa mudança no cenário da região suscitou uma mudança radical no perfil da região. Radicalizam-se vários tipos de lutas sociais de trabalhadores na busca de melhores condições de vida e trabalho.

A luta pela dos trabalhadores rurais da região foi acentuada pela crise do setor canavieiro que ocasionou o fechamento de usinas em Pernambuco, principalmente na Mata Sul. Este fato ocorreu sem o pagamento das suas dívidas, inclusive as trabalhistas. (HEREDIA ET AL, 2002). Segundo Sigaud (2004), a crise no setor foi o somatório de uma alteração nas diretrizes do governo brasileiro em relação à agroindústria da cana – supressão de subsídios, privatização das exportações, elevação da taxa de juros. É neste cenário que as ocupações de terra, pouco expressivas até então, vieram a se torna instrumento de luta para o enfrentamento da crise por parte dos trabalhadores rurais (HEREDIA ET AL, 2002).

De acordo com Sigaud (2004), a situação de falência das usinas levaram muitos trabalhadores que residiam e trabalhavam nos engenhos a enxergar como solução a ocupação das terras onde trabalhavam, assim solicitaram aos e aos movimentos sociais – principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST - a organização de acampamentos e pedidos de desapropriação.

No bojo do processo de democratização da terra e de intensificação dos conflitos por terra é que surge em Cascavel, no Paraná o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Para Fernandes (2001), o movimento é fruto do processo histórico de resistência camponesa e a força mais conhecida do campesinato brasileiro. Entre os anos 1985 e 1990 este movimento se difundiu por vários estados, ganhando projeção em todas as regiões brasileiras, promovendo a ocupação de latifúndios improdutivos como estratégia de luta.

Sigaud (2004) salienta que não foi apenas a crise do setor sucroalcooleiro da região que fez emergir a onda de ocupações de terras, uma vez que a situação de desemprego sempre fora presente no período da entressafra da cana (de março a agosto). Um elemento determinante neste processo de ocupação foi à luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais e, neste sentido, muitos sindicatos voltaram-se para lutar pela garantia dos direitos legais dos trabalhadores na Justiça do trabalho, fosse para manutenção dos empregos, fosse para o pagamento das multas em virtude da demissão injustificada de trabalhadores (ROSA, 2004). Parte dessas multas foram realizadas por meio da desapropriação da terra usinas.

A crise do setor sucroalcooleiro da Mata Sul juntamente com o processo de Reforma Agrária instaurou novas formas de organização da produção (ou novas expressões de antigas formas de produção), que acarretaram uma reorganização territorial, estabeleceram novos tipos de relações sociais e que modificaram o cenário local. No entanto, outro fator que vem influenciando na reconfiguração do território em discussão neste trabalho, e que vem tendo repercussão nos assentamentos e nas comunidades rurais da região, são os Polos de Desenvolvimento, principalmente o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

4.4. *A implementação do Polo do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)*

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)¹⁰ está localizado no município de Ipojuca¹¹, Região Metropolitana do Recife (RMR). Embora seja localizado em uma área metropolitana, a sua área de influência estende-se, ao sul, até o estado de Alagoas, e ao norte à Paraíba (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, s/d)¹².

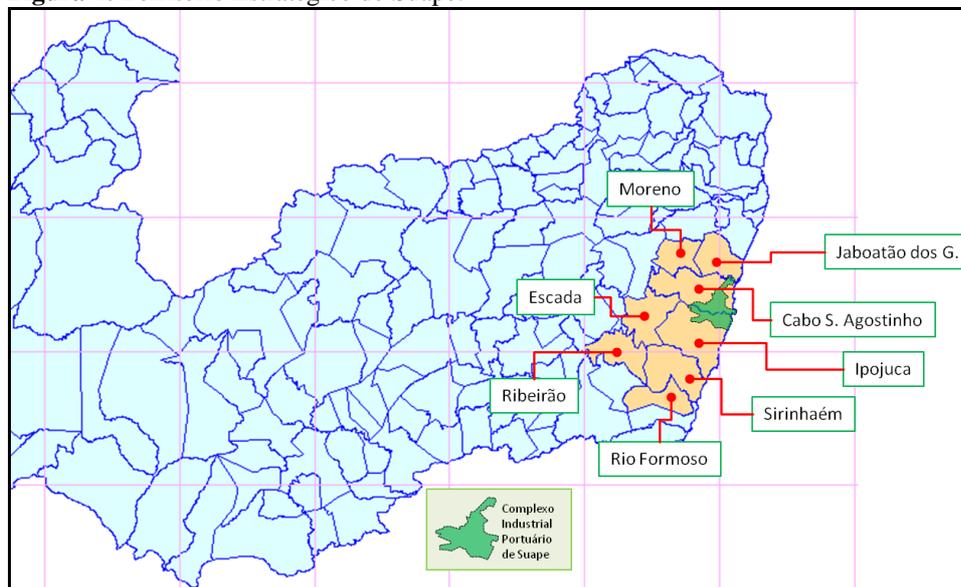
O CIPS ocupa uma área extensa de 13.500 hectares de terra dividido em zonas: portuária, industrial, administrativa e de preservação ecológica e cultural. Localiza-se entre os municípios de Recife e do Cabo de Santo Agostinho. Sua administração está a cargo do governo do Estado de Pernambuco, que no ano de 2006 lançou o Plano Território Estratégico de Suape. Este projeto tem por objetivo construir um referencial de ação, que oriente as iniciativas dos diferentes atores na construção do Território do entorno do Complexo, de forma a alcançar o seu desenvolvimento sustentável.

¹⁰ A Lei Estadual nº 7.763 de 07 de novembro de 1978 criou a empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário para administrar o desenvolvimento das obras, tendo sua implementação realizada 15 de março de 1980 e seu primeiro cais inaugurado em 09 de maio de 1986.

¹¹ O município de Ipojuca compunha a Mata Sul de Pernambuco até quando pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de julho de 1973 passou a fazer parte da Região Metropolitana do Recife – MRM.

¹² Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/suape.pdf>. Acesso: 25/07/2012.

Figura 4: Território Estratégico de Suape.



Fonte: PE do Desenvolvimento, s/d.

O território estratégico de Suape compreende oito municípios: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (Zona de influência direta); Jaboatão dos Guararapes, Escada e Moreno (Zona de influência indireta); Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso (Território Expandido).

O CIPS trata-se de um dos principais polos de desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco e do Brasil. Espera-se que, por meio dele, Pernambuco se torne um “*polo nacional provedor de bens e serviços para o setor de petróleo, gás natural, offshore e naval*” (SUAPE GLOBAL, 2008).

São vários os fatores que contribuem para viabilizar a atração de investimentos privados para consolidação deste polo: a localização estratégica para o mercado portuário e logístico, a existência de projetos âncoras mediados pelo Estado com investimentos na infraestrutura portuária e aeroportuária, na formação de recursos humanos, incentivos fiscais, e a visão de planejamento compartilhado entre o setor público e o privado (SILVEIRA, 2010).

Nesse sentido, é formulado o projeto “Suape Global”, que tem como objetivos proporcionar o desenvolvimento, no estado, de uma atividade industrial inovadora e de forte base científico-tecnológica, inserida no mercado global e capaz de garantir a

sustentabilidade para os próximos 50 anos. Assim, espera-se consolidar a região do CIPS como a melhor alternativa para abrigar investimentos na cadeia produtiva de petróleo, gás, offshore e naval, transformando-a em um centro irradiador de desenvolvimento com dinamização econômica de toda região de influência direta e indireta (SUAPE GLOBAL, 2008).

No entanto, a instalação do Complexo, segundo Gehlen (2010), implicou em um impacto socioambiental à região, ocasionando, para sua implementação, a expulsão de agricultores familiares de suas terras, pescadores artesanais de suas áreas de trabalho, a desapropriação de engenhos da reforma agrária dos anos de 1970, além da destruição das áreas estuarinas que compunham o cenário local e um desequilíbrio ambiental resultante da implantação das grandes indústrias na região.

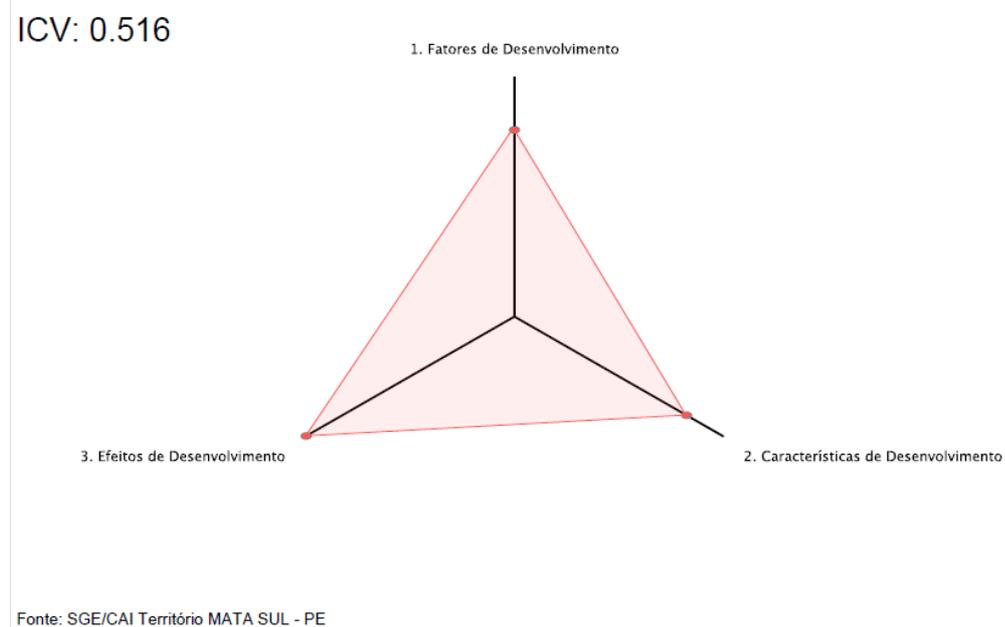
Segundo GEHLEN (2012), este processo indica a nova divisão internacional do trabalho produzida pela mundialização da técnica e da política, que vem tentando influenciar o papel desempenhado pelas regiões na sua pretensão de ser dominante em todos os lugares, o que pode vir a se tornar o motor da sua própria crise, que na fase técnico-científico-informacional vem tornando-se global e causando a explicação da época atual como sendo, concomitantemente, *“o embrião de um período e de uma crise ao revelar um denominador comum no uso do território, que vem sendo a desvalorização do trabalho, fundamento das desigualdades e da pobreza”* (GEHLEN, 2012:20).

Neste cenário, o Território Rural da Mata Sul, assim como outras parcelas do espaço social brasileiro, é resultado da coexistência de várias divisões sociais e territoriais do trabalho, decorrentes de vetores externos que demandaram uma transformação na sua base material e uma adaptação nas maneiras de se trabalhar. Dentro deste contexto, a concentração do uso da terra no Território em estudo impede que esta cumpra sua função social de gerar condições de vida para os que nela trabalham. E é dentro desta realidade social que os desafios para o desenvolvimento social rural se estabelecem (GEHLEN, 2012).

Em seus estudos sobre o Território da Mata Sul de Pernambuco, Gehlen et al (2012) apontam que, apesar do território apresentar, de acordo com os indicadores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Índice de Condições de Vida (ICV) medianos, isto não implica em condições de vida dignas, sendo, nestes indicadores, relativizados as condições reais de reprodução dos moradores do rural, as quais estão vinculadas as condições macroeconômicas ligadas às estruturas agrárias que se

estabeleceram historicamente e que são adversas à agricultura familiar e aos demais atores sociais que nele vivem.

Gráfico 5: Índice de Condições de Vida – Território da Mata Sul



Estes atores sociais, trabalhadores e trabalhadoras rurais, pescadores artesanais e trabalhadores urbanos que vivem no rural são excluídos do processo de desenvolvimento rural adotado pelo governo. Isto porque, embora tenha uma dimensão de território que procura abarcar a diversidade dos atores sociais que compõe a Mata Sul de Pernambuco, a implementação da política em si, tem como prioridade a agricultura familiar, que na região tratada por este trabalho é perpassada por uma série de conflitos.

Outro elemento presente na realidade do Território da Mata Sul de Pernambuco são os conflitos socioambientais. De acordo com Gehlen et. al. (2012), estes são consequência das atividades econômicas da Região (predomínio da cultura da Mata Sul de Pernambuco e da expansão do Complexo Industrial de Suape), gerando pobreza, marginalidade e problemas sociais que marcaram a formação econômico-social e política da Mata Sul de Pernambuco expressada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e representantes de organizações/instituições da agricultura familiar. Os conflitos socioambientais na região são consequência da priorização histórica, por parte do Estado, do processo de acumulação e reprodução

capitalista, que se sobrepõe à atenção efetiva das demandas concretas dos atores sociais que conformam o território da Mata Sul de Pernambuco.

5. A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

5.2. A Pluriatividade na Agricultura Familiar

Dentre os debates que tem surgido em torno do meio rural a pluriatividade possui vêm ganhando destaque na academia brasileiro desde a década de 1990. Para alguns autores, a pluriatividade trata-se de um fenômeno decorrente das mudanças ocorridas no rural brasileiro em consequência da modernização agrícola, iniciado na década de 1950.

Maria José Carneiro (1996; 2006), por exemplo, assinala que a pluriatividade é consequência de uma política de modernização da agricultura e no contexto das transformações da sociedade fordista. Ela decorre da ação de uma categoria profissional de agricultor/a que vivia exclusivamente da agricultura e que, ao entrar em crise, passa a se ajustar via estratégias não agrícolas nas atividades de prática social. Na definição da autora, a pluriatividade seria a presença de atividades não agrícolas no rural em um contexto de modernização da agricultura, resultante da falência da especialização produtiva agrícola e que se apresentaria como estratégias que podem ser realizadas em períodos de crise por segmentos da população rural (CARNEIRO, 2006).

Os argumentos de Carneiro baseiam-se em pesquisas onde o processo de industrialização “invadiu” o campo. Neste contexto, há a possibilidade de famílias de agricultores exercerem funções na indústria ou na área de serviços, ocorrendo dentro de um processo global de expansão da economia capitalista em sua fase de reestruturação produtiva.

Del Grossi e Silva (2002) apontam que a pluriatividade exerce influências na estruturação do trabalho das propriedades e também na alocação de recursos econômicos. Isto lhes imporia novas dinâmicas organizativas, produtos de uma possibilidade maior de retorno econômico obtido junto às atividades não agrícolas em detrimento das atividades agrícolas. Este processo apresenta-se como uma complementação da renda familiar através de atividades não agrícolas.

Assim como Carneiro, Del Grossi e Silva partem da análise de que a pluriatividade no campo está vinculada a atividades não agrícolas. Neste sentido,

questiona-se quem são as pessoas trabalhadoras que exercem atividades laborais do campo como alternativas para complementação de renda na unidade de produção. Isto por que a pluriatividade, para estes autores, tem como principal característica a mão de obra da agricultura familiar voltada para as atividades não agrícolas.

Schneider (2003), ao analisar a pluriatividade da agricultura familiar, aponta que a produção agrícola ocupa cada vez menos o tempo das famílias. Em consequência, ocorre uma queda na renda agrícola. Isto faz com que uma crescente importância das rendas não agrícolas passe a compor a renda das famílias. O autor argumenta que a pluriatividade dessas famílias não implica no detrimento das atividades agrícolas, já que estas passam a incorporar novas tecnologias capazes de despendem uma menor atenção do trabalho, cedendo espaço para novas formas de organização (GNOATO et al.). A ideia é que a renda das atividades não agrícolas “complementaria” a renda agrícola, possibilitando, assim, que as famílias permaneçam no campo, mantendo seu status e/ou capitalizem suas propriedades, de modo a torná-las competitivas dentro do novo formato de produção agrícola.

De acordo com Schneider (2003), os estudiosos, ao analisarem as estratégias não agrícolas de reprodução da família no debate da reestruturação da agricultura, possibilitaram a visibilidade da noção de pluriatividade. No bojo dessas discussões, o debate sobre a multifuncionalidade também decorre das discussões sobre a reestruturação quando esta passou a englobar o manejo de bens públicos (meio ambiente) e os reflexos sociais da agricultura (cultura e segurança alimentar).

Neste sentido é que Carneiro (1996:102) reafirma que a pluriatividade torna-se produto da falência da política da especialização produtiva agrícola. E com a emergência da noção de multifuncionalidade, Carneiro (2002: 234) utiliza o mesmo raciocínio para argumentar que se trata do resgate da importância do conjunto de contribuições da agricultura na dinâmica econômico-social dos territórios.

De acordo com Kageyama (1998, p.535), o "*estudo da pluriatividade pode ser feito em diversos níveis analíticos (...) com significados distintos conforme o nível (ou estágio) de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto*". Segundo a autora, a unidade de estudo pode ser a família, pois o cálculo do balanço entre tempos de trabalho e rendas pertence ao âmbito familiar. A decisão de um dos membros de combinar atividades não agrícolas externas à propriedade provoca um reordenamento dos recursos produtivos de toda a família.

Segundo Graziano da Silva (1999) a pluriatividade se associa a um fator complexo e à combinação de vários tipos de atividades exercidas por um ou mais membros da família. Configura-se em duas formas básicas: por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até empregados temporários nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, vidro, bebidas, etc.) e por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas (setor terciário) e agropecuária.

No que concerne às atividades não agrícolas pontuadas e representativas na pesquisa do autor, os empregos relacionados à industrialização e à agroindústria aparecem em primeiro lugar. No que se refere as demais atividades não agrícolas desenvolvidas pelas pessoas trabalhadoras do meio rural, Graziano Silva (1999) pontua “*aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural, como: moradia, turismo, lazer, outros serviços e a preservação do meio ambiente*”.

Para Graziano da Silva (1999: 30) nos últimos anos “*a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia capaz de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar a sua renda*”. O autor aponta que o mundo rural brasileiro ganhou novas funções e “novos” tipos de ocupações. A preservação e conservação, o ecoturismo, por exemplo, abrigam o conjunto de profissões tipicamente urbanas. Neste cenário, o autor define a pluriatividade como...

Consequência do esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não pode ser considerada parte do processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar; mas sim uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural, que está sendo construído a partir da valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritmos dos cotidianos agrícolas e pecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1999: 102).

De acordo com Baccarin e Souza (2004) as famílias rurais recorrem às outras formas de atividades na busca de renda para postergar sua saída do meio rural. E acrescenta que tais atividades não agrícolas são de baixa qualificação, baixa remuneração e precárias.

Fuller (1990), por sua vez, define a pluriatividade como etapa de um processo de reconceitualização, que vem ocorrendo desde os anos 1980 por meio do conceito de agricultura a tempo parcial (*part time farming*). Assim, a utilização do termo

pluriatividade contenta um amplo significado. Isto porque se refere a uma unidade econômica que realiza outras atividades, além da agricultura, pelas quais obtém distintos tipos de remuneração.

De acordo com o autor, as atividades realizadas pela unidade familiar agrária, somada à agricultura, compreendem: o emprego em outras explorações agrárias; as atividades denominadas para agrárias, no interior do estabelecimento, como a transformação de alimentos; as atividades não agrárias, como o turismo e o artesanato; e o emprego fora da exploração e do setor agrário, o que resulta na diversificação das fontes de renda do domicílio rural. São essas possibilidades de diversificação de renda que permitem às pessoas do campo a sobrevivência e permanência de suas famílias no rural.

Para Wanderley, a pluriatividade não é recente: *“a pluriatividade está dentro da própria forma de produzir do camponês enquanto uma possibilidade, mas sua concretização dependerá, fundamentalmente, do contexto mais geral que engloba o campesinato”* (WANDERLEY, 2001: 26-27).

O fenômeno denominado atualmente de pluriatividade não representa uma situação nova no modo de funcionamento das formações sociais e agrárias. Pode-se encontrar nos trabalhos como de Kautsky e de Chayanov apontamentos sobre *‘trabalho acessório’* e *‘atividades não agrícolas’*, respectivamente, como forma de obtenção de renda para família camponesa.

Em Kautsky (1980) o desenvolvimento do capitalismo na agricultura seguiu trajetória lenta e gradual que culminou com a subordinação da agricultura a indústria. A superioridade técnica e empresarial da grande exploração levou a taxas elevadas de lucro e, aos pequenos proprietários de terras, ficou o papel de dispor de mão de obra para as unidades maiores. A permanência das pequenas propriedades camponesas residiria no fato de sua função acessória e complementar à grande empresa. Esta função acessória seria por possuírem pouca terra e por sua dificuldade de modernização tecnológica, o que restringiria sua capacidade de concorrência e renda, obrigando esses camponeses a buscarem atividades complementares.

Nos trabalhos de Chayanov a migração às atividades não agrícolas poderia ser determinada por fatores diversos, entre os quais se podem destacar o tamanho da família e os elementos técnicos que influenciam as *“condições econômicas gerais que se dão localmente”* (CHAYANOV apud SCHNEIDER, 2003).

No Brasil, conforme salienta Carneiro (1996), a pluriatividade é consequência de um processo estrutural da agricultura no rural, inserindo-se em processos macro societários e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, sendo resultante das respostas dos agricultores a esta realidade, em virtude das suas condições intrafamiliares.

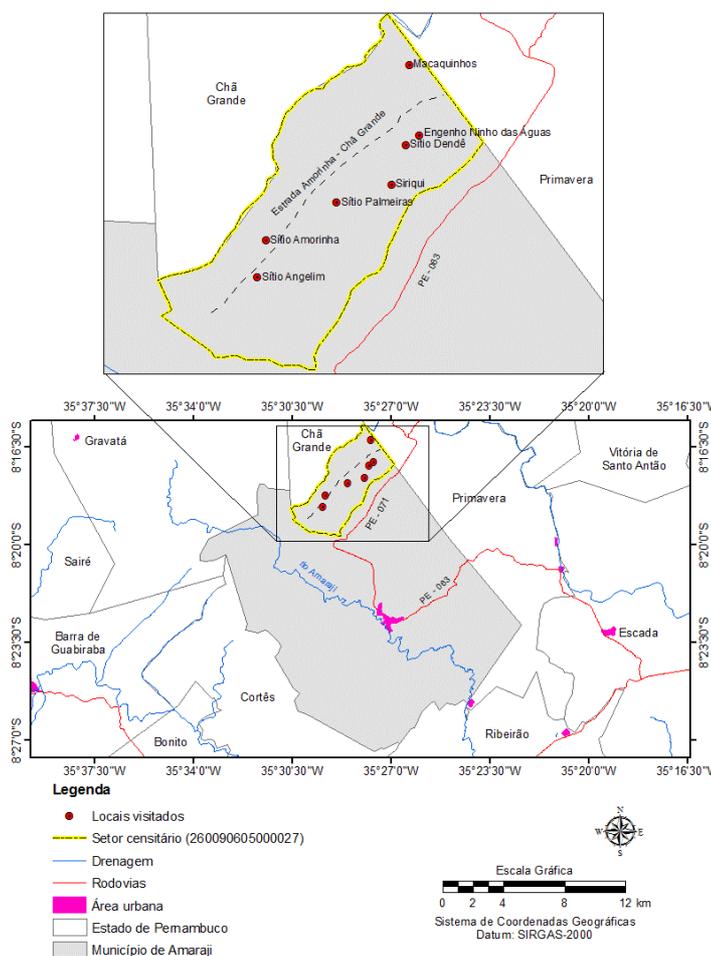
Wanderley (2009) salienta que o que se denomina de pluriatividade refere-se às ocupações agrícolas e não agrícolas, ou seja, um ou mais trabalho que venha sendo realizado fora do domicílio rural próprio. A autora considera como uma estratégia da família que, diversificando suas atividades fora do estabelecimento, busca assegurar a sua reprodução e a sua permanência no campo. Esta pluriatividade seria entendida como o trabalho externo do chefe do domicílio - ou seja, aquele que é o responsável pela manutenção da família.

Diante dessas considerações, entende-se que a pluriatividade trata-se de um fenômeno heterogêneo e diversificado. Tal fenômeno é vinculado às estratégias sociais, produtivas e reprodutivas das famílias camponesas e suas variáveis dependerão das características do contexto sociopolítico e econômico em que estiver inserido.

5.2. Os Setores Censitários Analisados: Amaraji e Tamandaré

O município de Amaraji localiza-se no limite entre a Mata e o Agreste pernambucano. De acordo com o PNUD 2000, possui IDH de 0,617. A sua economia é voltada para a indústria sucro-acooleira.

Figura 02: Localização das comunidades visitadas do município de Amaraji.

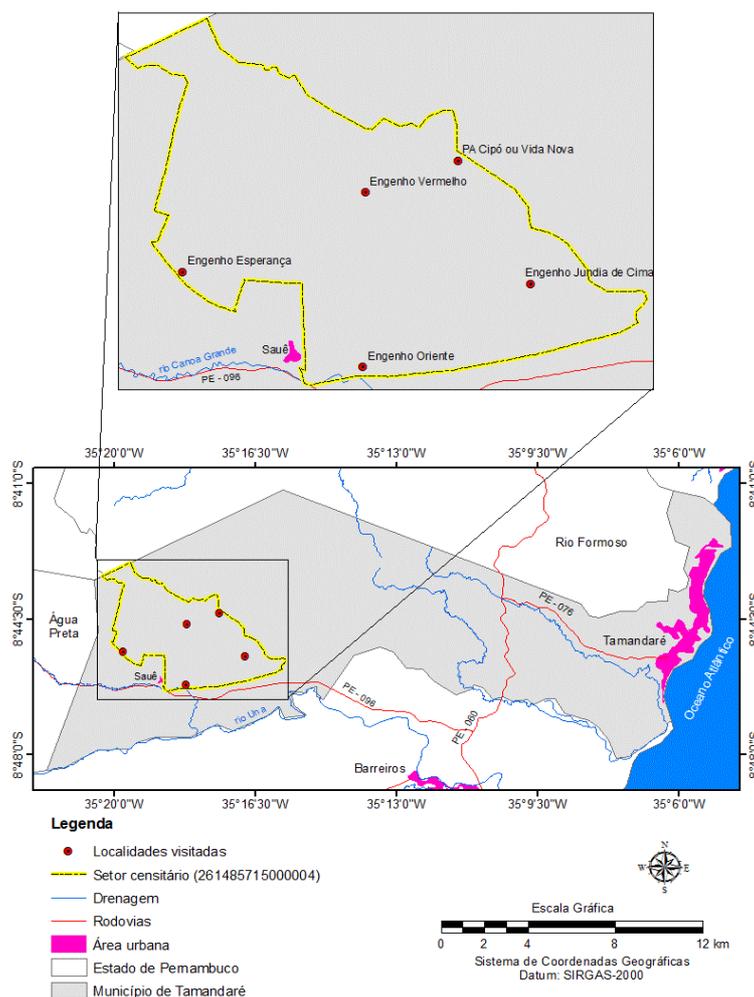


Fonte: Projeto Observatório do Desenvolvimento - MCT/CNPq/SDT/MDA (2009). Elaborado pela autora (2012).

No município de Amaraji foram visitados os Sítios Macaquinho, Amorinha, Siqui, Angelim, Dendê, Palmeiras e o Engenho Ninho das Águas (Figura 02). Os sítios do setor censitário foram constituídos a partir falência da Usina Nossa Senhora do Carmo. As terras da Usina foram vendidas para pagamento das dívidas. Os compradores dos lotes de terra dividiram as suas propriedades entre seus familiares, formando a atual configuração da localidade.

O Setor censitário de Tamandaré localiza-se próximo do ao centro urbano, o distrito de Sauê. Em Tamandaré, onde já se havia contatado lideranças dos movimentos sociais que atuam (Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF-PE), entre outros), foram visitados o Engenho Esperança, Engenho Oriente, Jundia de Cima, Engenho Vermelho e Projeto de Assentamento (PA) Cipó/Vida Nova.

Figura 04: Localização das comunidades visitadas no município de Tamandaré.



Fonte: Projeto Observatório do Desenvolvimento - MCT/CNPq/SDT/MDA (2009). Elaborado pela autora (2012).

O assentamento Cipó/Vida Nova foi constituído nos anos de 1990. O Assentamento foi um esforço conjunto do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE), que buscavam garantir os direitos dos trabalhadores da Usina Santo André, que havia decretado falência, bem como a garantia do processo de reforma agrária na região da Mata Sul de Pernambuco. Isto garantiu a este setor censitário uma diversidade na formação de sua população, sendo composta de ex-trabalhadores rurais da Usina Santo André e de antigos trabalhadores urbanos de diversas regiões que encontram no MST uma possibilidade de mudança de vida.

5.3. A Geração da Renda das Famílias Agricultoras

A análise da reprodução da agricultura familiar, durante muitos anos foi centrada na propriedade rural ou unidade de produção agrícola. Todavia, os novos fenômenos verificados no Brasil nas últimas décadas apontam significativas mudanças na forma de ocupação das pessoas e na geração de renda das famílias rurais.

Diversos são os estudos que revelam uma diversificação na geração da renda familiar rural decorrente das transformações ocorridas na inter-relação rural-urbana que afeta diretamente a Agricultura Familiar.

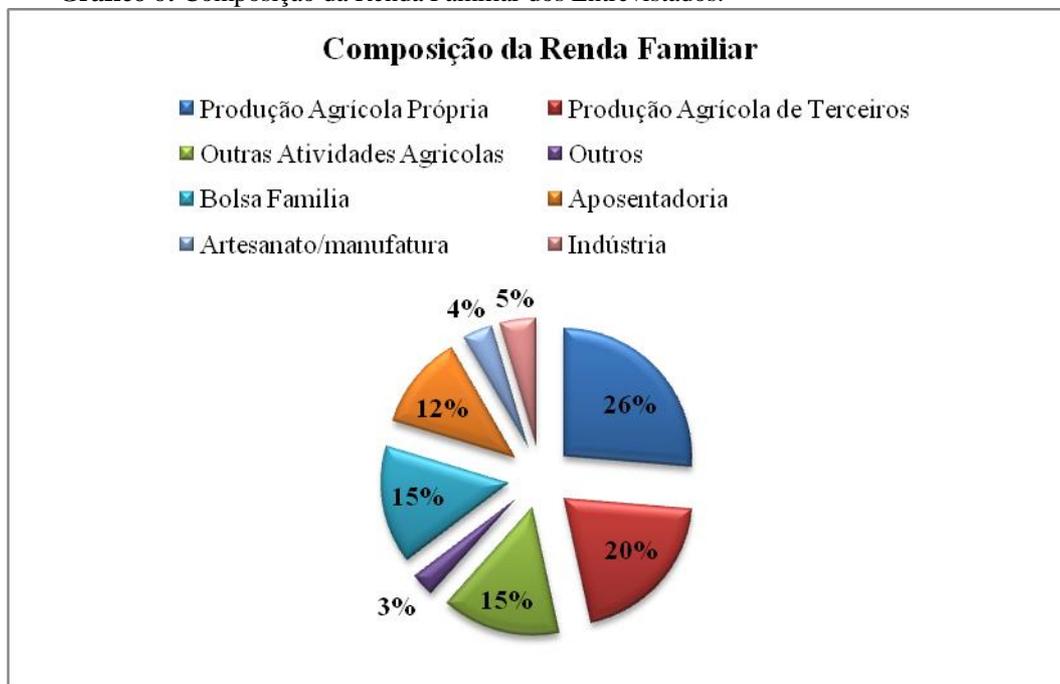
No desenvolvimento deste estudo observou-se a importância de se verificar as principais fontes de renda das famílias entrevistadas. Consideraram-se as seguintes possibilidades de fonte de renda

1. *Produção Agrícola Própria*: atividades voltadas à agricultura (plantação ou criação de animais) realizada em terras da família;
2. *Produção Agrícola de Terceiro*: atividades, como colheita ou limpeza da terra, realizadas em terras de outras pessoas como diarista ou trabalhadores sazonais;
3. *Outras Atividades Agrícolas*: considerou-se como *outras atividades* a criação por 'gado de meia'¹³, aluguel de pastos, entre outras;
4. *Bolsa Família*: a inserção do Programa Bolsa Família (PBF) deu-se em virtude de observações anteriores, realizadas a partir das visitas de campo ocorridas nos projetos Observatório do Desenvolvimento e Desigualdades de Gênero;
5. *Aposentadoria Rural*: tendo em vista os diversos estudos que apontam a
6. *Manufatura ou Artesanato*: atividades que fossem realizadas dentro ou fora do domicílio.
7. *Outros*: vendedores/vendedoras formais ou informais, serviço público, prestação de serviços privados.

¹³ Trata-se de um acordo informal no qual o agricultor cuida do gado de terceiros e recebe uma parte do resultado da produção.

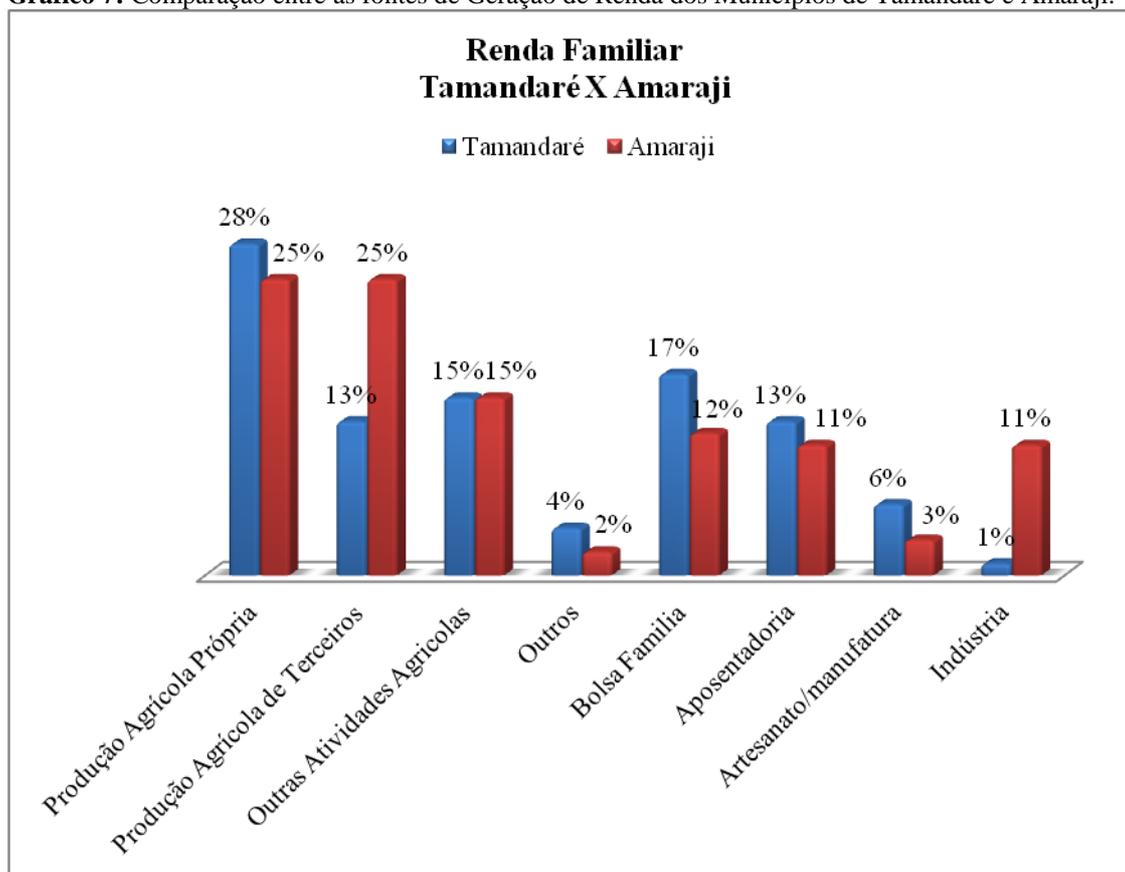
Verificou-se que, mesmo a principal fonte de renda sendo aquela retirada da produção própria, outros elementos vem contribuindo na formação da renda familiar.

Gráfico 6: Composição da Renda Familiar dos Entrevistados.



Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

Foi possível verificar nuances entre os municípios estudados. Em Amaraji, por exemplo, é ínfima a contribuição da Indústria na composição da renda familiar. Assim, como também é pequena a participação da Manufatura ou Artesanato. Já em Tamandaré, ao contrário, há uma maior contribuição destes dois elementos na composição da renda das famílias agricultoras.

Gráfico 7: Comparação entre as fontes de Geração de Renda dos Municípios de Tamandaré e Amaraji.

Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

Creditam-se essas diferenças ao fato de que, embora os dois municípios tenham sua origem vinculada à economia da cana-de-açúcar, a expansão do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE (CIPS) e as intervenções do megaprojeto de infraestrutura para Turismo – Costa Dourada tenham causado maior impacto no município de Tamandaré. Este município se encontra mais próximo da capital do Estado, Recife, é um município de influência indireta do CIPS e está na rota do Turismo local.

Outros elementos importantes são a Aposentadoria Rural e Programa Bolsa Família (PBF). A aposentadoria rural é uma transferência de renda para trabalhadores rurais idosos, instituída dentro da legislação da seguridade social brasileira (Lei Ordinária 8.212/8.213 de 1991), cuja operacionalização e gestão são de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Para ter acesso ao benefício de um salário mínimo mensal deve-se ter mais de 60 anos, para os homens, e mais de 55 anos, para as mulheres; e comprovar que exerceu atividade rural por pelo menos 15 anos.

Segundo algumas entrevistas

A aposentadoria dá segurança, porque é um dinheiro certo no mês. Do mesmo jeito é o Bolsa Família, ou talvez pior, por que nas famílias que não tem aposentado é o dinheiro do Bolsa Família que garante que as pessoas não vão passar fome. – L. M. O. 38 anos. Assentamento Cipó/Vida Nova – Tamandaré.

No que se refere à Aposentadoria, ela garante condições de subsistência e de melhores condições de vida:

“Depois que me aposentei as coisas melhoraram... Dá pra comprar uma coisa ou outra. E ainda pode pedir aqueles empréstimos que descontam o pagamento direto no dinheiro da gente, quando a gente quer comprar uma coisa mais cara... Mas o que importa mesmo é o dinheirinho certo pra comida da família e das coisas da casa”. E.P 69 anos. Sítio Amorinha – Tamandaré.

O programa Bolsa Família (PBF)¹⁴ é um programa de transferência direta de renda com o duplo objetivo de combater a pobreza no curto prazo por meio de transferências de renda e reduzir a pobreza no longo prazo. Para as famílias

“O Bolsa Família é importante. Com ele a gente pode comprar a mistura, ou comprar o gás, uma roupa pras crianças. Tapa os buracos do mês. Às vezes não vende nada do que plantou, ou vende pouco... Ai o Bolsa Família alivia um pouco.” – M. F. S, 34 anos – Sítio Bela Vista – Amaraji.

Verifica-se que estas contribuições tem uma influência relevante na manutenção da Agricultura Familiar, representando uma estratégia para assegurar a reprodução social e econômica da família.

A verificação da composição da renda apontou para importância da Aposentadoria e dos programas de transferência de renda para as famílias e também

¹⁴ Criado em 2003 pelo Governo Federal como resultado da fusão de quatro programas até então existentes: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

para inserção em outras atividades laborais. Tais elementos objetivam garantir a permanência e reprodução destas famílias no campo.

No entanto, no terreno teórico é crucial abordar as consequências sociais dos processos residual das políticas, das instituições e dos serviços sociais entre as consequências que exclui da agenda social destas políticas um problema de desigualdade.

5.4. O Acesso aos Programas Sociais Governamentais.

Os programas governamentais exercem um papel relevante às famílias camponesa brasileira. Como foi constatado por este trabalho, 15% da renda das famílias entrevistadas corresponde ao Programa Bolsa Família.

No que tange ao acesso a Programas Sociais Governamentais, considerou-se o acesso das famílias a programas que fossem desenvolvidos pelo Governo nas instâncias Federal e Estadual. Isto porque não havia programas desenvolvidos pelos municípios, os quais, de uma maneira geral, no processo de descentralizam das políticas sociais brasileiras, vêm executando os programas desenvolvidos pelos Governos Federal e Estadual.

Nas entrevistas, verificou-se que 64% das famílias participam de algum programa governamental. Os programas mais citados foram:

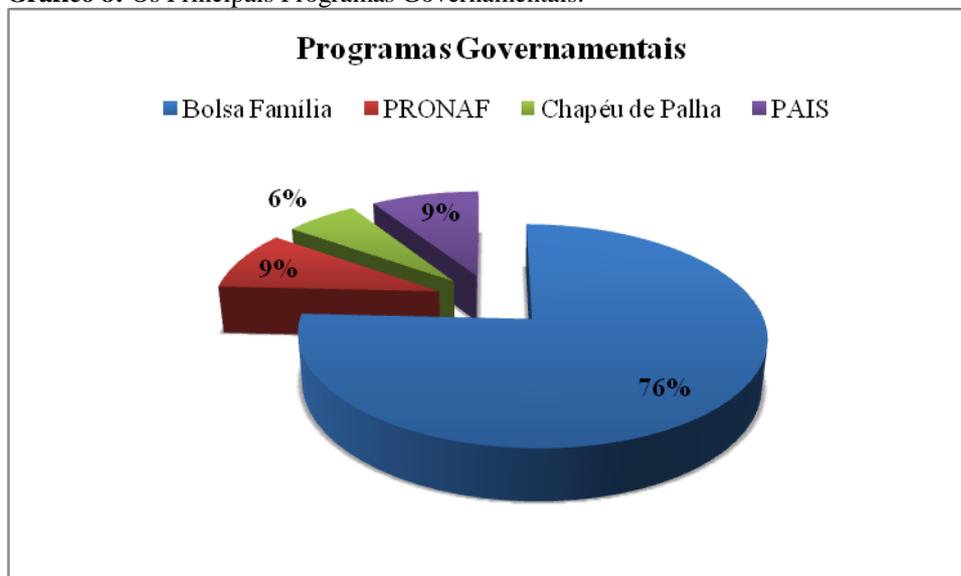
1. Programa Bolsa Família - o principal programa de transferência de renda do Governo Federal. Integra o Plano Brasil sem Miséria, tendo como foco a população em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - O PRONAF, também desenvolvido pelo Governo Federal de forma descentralizada, tem por objetivo fortalecer a Agricultura Familiar através de financiamento para a realização de projetos, individuais ou coletivos, de renda, com linhas de créditos adequadas à realidade rural.

3. Produção Agroecológica Integrada e Sustentada (PAIS) – trata-se de um programa do Ministério da Integração Nacional cujo objetivo é promover a inclusão socioeconômica dos Agricultores Familiares por meio de projetos de agroecologia.

4. Programa Chapéu de Palha - Para minimizar os impactos ocasionados pelo período de entressafra na zona canavieira, o Governo do Estado de Pernambuco relançado¹⁵ no ano de 2007.

Gráfico 8: Os Principais Programas Governamentais.



Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

O PBF tem um papel relevante na medida em que é o principal programa de transferência de renda ao qual a população local tem acesso. De acordo com Duarte, Sampaio e Sampaio (2009) 87% do valor do Bolsa Família é utilizado para a compra de alimento das famílias, o que exprime o impacto positivo do programa para o rural.

Schneider (2006) afirma que o programa de transferência de renda Bolsa Família, tem repercutido tanto na elevação da renda de famílias de pequenos agricultores quanto na permanência dessas famílias no campo. O impacto do programa Bolsa Família tem sido mais visível no Nordeste, uma vez que a renda mensal dos agricultores familiares na região sul (R\$ 1.124,31) é muito superior à renda das famílias rurais nordestinas (R\$ 450,10).

Um contraponto a ser feito é que, ao mesmo tempo em que o programa é significativo para as famílias rurais, ele também se torna um critério de elegibilidade

¹⁵ O Programa Chapéu de Palha foi implementado em 1988, na gestão do ex-governador de Miguel Arraes, sendo relançada no ano de 2007 pelo atual governador, Eduardo Campos.

para que as famílias acessem outros programas como o Chapéu de Palha, do Governo do Estado.

Neste caso em específico, a soma dos valores recebidos nos dois programas não pode ultrapassar o total de R\$ 242, 00. Para os Agricultores Familiares:

“É demais o Governo do Estado querer cortar o que a gente pode receber no Chapéu de Palha por causa do que a gente recebe no Bolsa Família. Um programa deveria completar o benefício que a gente recebe do outro, porque pro homem do campo isso faz muita diferença no período da entressafra ou da seca... Esse ano, por exemplo, a estiagem tá chegando na Mata... Já imaginou como tá difícil? Sem a roça vingar e tendo estiagem forte diminui os trabalhos nas roças dos outros, onde a gente poderia tirar um trocado. A gente vai ficar vivendo como duzentos e quarenta e dois reais? Por isso tem gente que quer ir embora...” - J. S. S, 59 anos. Assentamento Cipó/Vida Nova – Tamandaré.

“Isso não é bom. O Governo precisa entender que muitos de nós plantam cana pra revender... Aí, o que acontece: no período de entressafra só tem a roça e nem todos tem outra coisa pra vender. Duzentos e quarenta reais pra uma família de quatro, cinco ou mais pessoas, que não tem aposentado nem trabalhador fichado¹⁶ é pouco pra viver durante seis meses. Não morrem de fome, mas também não vivem bem. E o que acontece? Muitos acabam nas mãos de um patrão pra ser explorado.” - M. C. S, 47 anos. Engenho Amorinha – Amaraji.

O que se observa é que, embora estas políticas exerçam um papel importante para estas famílias, elas não contribuem na superação das consequências da flexibilização, precarização e informalidade do emprego. Também não um crescimento estável e inclusivo, capaz de garantir a seguridade econômica e social daqueles que estão inseridos em um mercado de trabalho precário ou contam apenas com empregos informais.

É preciso incluir na agenda política a construção de direitos sociais, titularidades e instituições sociais universais, em contextos sociais onde se observa os

¹⁶ Fichado é a expressão local usada para designar aquelas pessoas que trabalham com carteira assinada.

privilégios de algumas minorias que concentram a renda e a riqueza. Urge construir alianças sociais amplas que permitam realizar reformas que busquem consolidar a cidadania social, gerando alianças a favor da redução da desigualdade social, que venha garantir o crescimento econômico e ascensão social daqueles trabalhadores/trabalhadoras que se encontra em condições precarizadas.

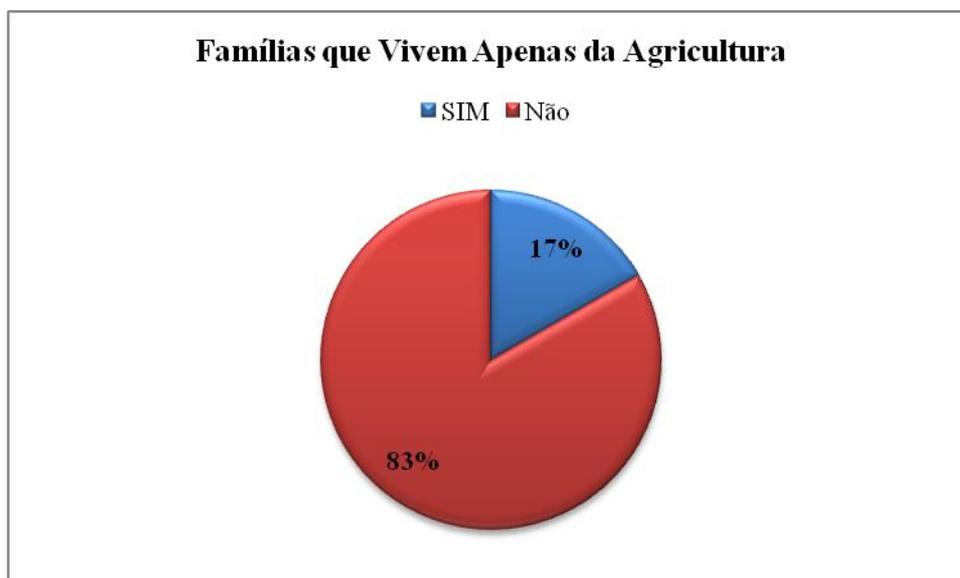
5.2. A Pluriatividade no Território da Mata Sul: os casos de Amaraji e Tamandaré.

Os estudos sobre as mudanças ocorridas no rural brasileiro com o processo de modernização agrícola apontaram para o aumento da realização de atividades extradomiciliares nas unidades de produção agrícola.

Para alguns estudiosos, estas atividades seriam não agrícolas, vinculadas à expansão de atividades urbanas no espaço rural, que aconteceriam em tempo parcial, havendo uma dedicação menor à unidade de produção familiar. Para outros, seriam atividades agrícolas ou não, executadas por membros da família em tempo parcial. Em qualquer uma das perspectivas, a realização de uma atividade extradomiciliar seria uma alternativa construída pelas famílias rurais para garantir o seu processo de reprodução social e viabilizar sua permanência no campo.

Na realização deste estudo verificou-se a diversidade da formação da renda das famílias agricultoras. Esta diversidade assinala a busca de construção de alternativas que possibilitem a reprodução da família camponesa. Entre as alternativas constatou-se a realização atividades que não estavam vinculadas à produção agrícola familiar.

Dos entrevistados, mais de 80% respondeu que a formação de sua renda família provinha de outras atividades, além daquelas desenvolvidas na unidade de produção familiar (Gráfico 9).

Gráfico 9: Principais Atividades Extradomiciliares.

Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

Ao analisar a dinâmica dos agricultores oriundos de uma cultura de *plantation*, que é o caso da Mata Sul de Pernambuco, Garcia Júnior (1990), define a diversificação de fonte de renda para sua manutenção como trabalho alugado. Segundo o autor

... os trabalhadores alugados, aqueles que vivem sobretudo da venda da força de trabalho a grandes proprietários e a outros agricultores, mas que também tentam botar roçado a cada ciclo agrícola para garantir a subsistência do grupo doméstico; os negociantes, aqueles que obtêm no comércio das feiras a renda fundamental que garante a subsistência familiar, eles mesmos já tendo sido agricultores no passado ou sendo filhos de agricultores (GARCIA JÚNIOR: 53).

Este é o cenário comum à realidade local. Nas atividades não agrícolas a prática de contratação informal (“*de boca*”) de trabalhadores em caráter temporário é comum na região. Essas pessoas trabalham em sistema de diária¹⁷ em diversas atividades possíveis de serem realizadas em outras unidades produtivas ou em fazendas e engenhos.

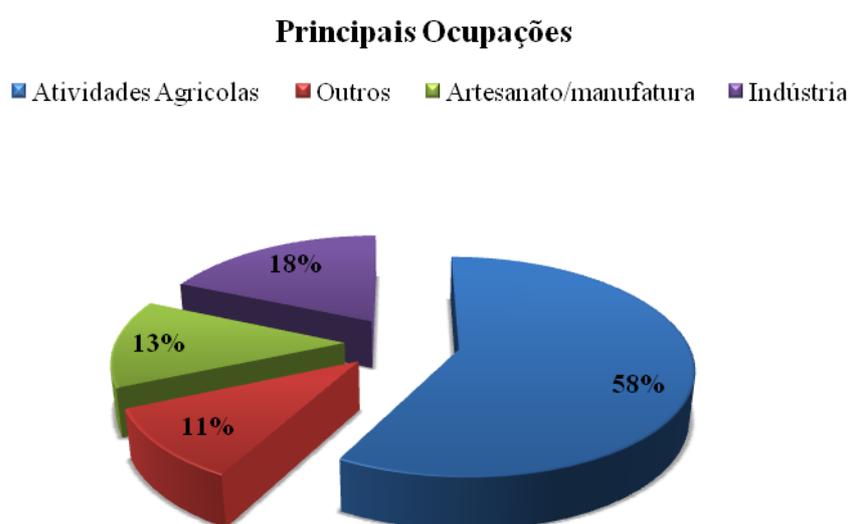
Ainda falando sobre a informalidade, muitos trabalhadores afirmaram se inserir em outras atividades informais

¹⁷ O preço da diária é estabelecido entre o contratante e contratado, sendo normalmente pago nessa região o valor de R\$ 20,00/dia.

Várias foram às atividades apontadas pelos entrevistados: corte de cana de açúcar, colheita de milho, limpeza de roças; condução de automotivos públicos, comércio, prestação de serviços à empresas ou pessoas físicas; realização de serviços temporários nas Usinas de Açúcar como *bombeiro*¹⁸, motorista de caminhão ou ônibus; entre outras atividades.

A maioria das famílias assinalou mais de uma atividade. Assim, alocaram-se estas atividades em quatro grupos, a saber: a) Atividades Agrícolas; b) Indústria; c) Artesanato/Manufatura; d) Indústria.

Gráfico 10: Principais Atividades Extradomiciliares.



Fonte: Entrevistas aplicadas: ALENCAR, 2012. Elaboração Própria.

É possível verificar uma diferenciação entre Amaraji e Tamandaré no que se refere a inserção nas atividades econômicas locais. De acordo com os Agricultores de Tamandaré

“A agricultura aqui é muito difícil... O que rende aqui é cana... E a gente tem que plantar o que dá pra vender. Quem mora mais pro Agreste tem mais sorte...” C. I. S, 46 anos. Assentamento Cipó/Vida Nova – Tamandaré.

¹⁸ Os moradores designam bombeiros os trabalhadores das Usinas responsáveis por aspergir os agrotóxicos nas plantações de cana de açúcar.

Tal situação pode ser justificada por ser a cultura da cana ainda bastante forte no município de Tamandaré¹⁹, sendo mais rápido o acesso às atividades vinculadas à cana de açúcar (figura 05). A diversificação das culturas em Tamandaré é um desafio enfrentado pelos agricultores

Mesmo que a gente pegue um PRONAF pra plantar macaxeira, num adianta. Não vai vender. Não tem pra quem vender. Então mesmo plantando uma macaxeira, feijão ou banana, tem que plantar cana.- I. M. S., 66 anos. Assentamento Cipó/Vida Nova – Tamandaré.

Já o município de Amaraji apresenta uma Agricultura Familiar mais diversificada, os agricultores plantam banana, macaxeira, inhame, cará e feijão (figura 6). As ocupações no município de Amaraji são realizadas na colheita de banana ou milho, limpeza da terra e ou cuidados com o gado.

Figura 5: Plantação de cana. Assentamento Cipó/Vida Nova. Tamandaré.



Fonte: Pesquisa de campo, ALENCAR (2012).

¹⁹ O Setor Censitário no qual ocorreu a pesquisa é próximo ao distrito urbano Sauê e é composto pela Usina Santo André.

Figura 6: Plantação de banana. Sítio Amorinha, Amaraji.



Fonte: Pesquisa de campo, ALENCAR (2012).

As ocupações no município de Amaraji são realizadas atividades na colheita de banana ou milho, limpeza da terra e ou cuidados com o gado (figura 07), onde os trabalhadores, como já referido anteriormente, recebem em regime de diária. Em Tamandaré, são predominantemente nas atividades da cana, seja no corte e limpeza da terra, seja nas usinas como ajudante, bombeiro ou motorista.

Figura 7: Trabalhadores na colheita do milho. Engenho Amorinha, Amaraji.



Fontes: Pesquisa de Campo, ALENCAR (2012).

No que se refere às atividades relacionadas a setores não agrícolas, a maioria deles, 27% estavam relacionados à prestação de serviços a prestados ao setor público: motoristas de ônibus escolar ou ônibus para a população local. Havia ainda os aqueles prestavam serviços remunerados aos sindicatos (9%) e que, como já mencionados, conseguem trabalho junto as Usinas (64%). O vínculo com as Usinas é, em sua grande maioria é praticada de maneira informal (sem carteira assinada), como uma complementação de renda, de forma autônoma (serviços terceirizados com máquinas agrícolas), entre outras.

Os Agricultores que tem que atuar no setor da cana enfrentam os mesmo problemas vivenciados por trabalhadores rurais: informalidade, precariedade e forte exploração:

“A gente vai pro corte da cana não por nada, mas por que precisa.... Não é fácil. Quem é fixado tem vantagem, têm aqueles protetores, tem o décimo terceiro... essas coisas. A gente não... Tá ali sem tá fixado, trabalhando do jeito que da certo pra vê se no fim da semana garante a mistura.” – I. J. S. 45 anos. Assentamento Cipó/Vida Nova – Tamandaré.

Na realidade analisada, foi verificado que os agricultores desta parcela do Território Rural da Mata Sul vivem um processo no qual, para garantir sua reprodução e continuidade no campo, exercem em simultaneidade às atividade da unidade de produção outras atividades remuneradas que podem ser agrícolas ou não.

Tal fato aponta não para a proletarização dos Agricultores Familiares, mas a construção de alternativas dentro de novas configurações socioespaciais e econômicas estabelecidas na realidade atual e que lhes causam rebatimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a pluriatividade encontra-se vinculado a uma discussão mais ampla e que envolve a superação da discussão dicotômica e setorial com a qual têm sido analisadas as relações cidade-campo/urbano-rural, em um contexto no qual lhe é atribuída (à pluriatividade), no âmbito do debate internacional, o caráter de reflexo e possibilidade de diversificação de renda; melhoria das condições de vida das populações rurais e de multifuncionalidade do espaço rural.

A pluriatividade foi analisada enquanto uma estratégia campesina para a sobrevivência frente às dificuldades encontradas nessa interrelação campo/cidade. É uma resposta de agricultores ao contexto em que estão situados e em virtude das suas condições intrafamiliares, dizendo respeito também a processos macro societários e econômicos de transformação das formas de trabalho. Apresenta-se como uma forma complementar de renda que se realiza, principalmente, em atividades não agrícolas e, em sua maioria, de maneira informal. A informalidade e a inserção dos entrevistados em atividades agrícolas podem estar ligadas à baixa escolaridade e qualificação profissional.

Neste sentido, mesmo considerando a importância que a pluriatividade exerce na permanência e reprodução das famílias agricultoras, salienta-se a necessidade de se incrementar ações políticas que fortaleçam a Agricultura Familiar de maneira a evitar a sua inserção em atividades informais e degradantes.

Mais do que políticas que viabilizem a produção familiar, é necessário que se efetive as determinações constitucionais de Educação Rural, formativa e qualificada. Considera-se preciso, ainda, políticas públicas passem a valorizar e apoiar aquelas atividades que, de uma forma ou de outra, contribuam para a diversificação agrícola e para o incremento da renda dessas famílias rurais.

No que se refere à dinâmica espacial, verifica-se que mesmo havendo uma reorganização do espaço, a subordinação desta reorganização vinculam-se as demandas do capital. O Estado brasileiro continua privilegiando os interesses dos grandes produtores em detrimento das demandas dos Agricultores Familiares e comunidades tradicionais presentes no Território Rural da Mata Sul. O que é possível de verificar na ausência de políticas efetivas que garantam a permanência, em condições dignas, destes sujeitos no campo.

Os programas governamentais são relevantes para as famílias, pois amenizam a situação de pobreza. Todavia, estes programas não implicam em mudanças estruturais da realidade estudada, até porque não é este o seu intuito. O que não se pode aceitar é que estes programas contribuam para a reprodução e manutenção de uma mão de obra reservada desqualificada para as lavouras das Usinas de cana de açúcar, que será contratada a baixo custo e em condições precarizadas.

As condições precárias e informais em que se encontram estes Agricultores não são vinculadas ao processo de reestruturação produtiva. Estas condições são a continuidade das condições precárias, informais e subumanas as quais foram e são submetidos os trabalhadores rurais brasileiros ao longo de constituição histórica.

Um elemento que precisa ser considerado na análise da pluriatividade local é que o agricultor pluriativo é um sujeito histórico. A sua constituição remonta o processo de assalariamento dos trabalhadores rurais brasileiro, alinhando-se aos processos de luta pelos direitos trabalhistas dessa categoria e a luta por Reforma Agrária na região. Tal luta, mesmo não tendo posto fim a soberania da cana, contribuiu para o início de uma mudança que se completará quando os agricultores familiares e trabalhadores rurais tiverem alcançado a conquista plena dos seus direitos sociais.

É nesta dimensão histórica que reside a sua inserção majoritária em atividades agrícolas: é um Agricultor Familiar que foi trabalhador rural. Tal sujeito viu no processo de Reforma Agrária a possibilidade de livrar-se da exploração dos latifundiários da região.

Conclui-se que não se pode afirmar que a pluriatividade local é produto somente do processo de modernização agrícola. É, antes de tudo, uma alternativa para consolidação da Agricultura Familiar local, que sofre com as dificuldades para diversificar sua produção e de constituir a renda familiar para sua reprodução e permanência no campo.

REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural**. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p 379-397, abr./jun. 2000.
- ALANTEJANO, P. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.
- ALENCAR, M.T.; MENEZES, A.V.C. **Ação do Estado na Produção do Espaço Rural**. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. V.4, n 8, p. 121-174. Ago, 2009.
- ALVES, G. **O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação**. FFLC: 2010. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso: 13/04/2012.
- ANDRADE, M.C. **Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco**. *Revista Estudos Avançados* (15)43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a20.pdf>. Acesso: 15/05/2010.
- _____. **Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco**. *Estudos Avançados*, 15 (43), 2001.
- BACCARIN, J. D.; SOUZA, J. G. de. **Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de “pluriatividade” em uma região de pequena agricultura diversificada**. Jaboticabal, 2004 (mimeog.)
- BRASIL. **Programa Territórios da Cidadania**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Brasília, 2008. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/mataspulpe/one-community?page_num=0. Acesso: 04/10/2011.
- CARNEIRO, M.J. **Pluriatividade no Campo: o caso francês**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, out. 1996;
- _____. **Ruralidade: novas identidades em construção**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, outubro, 1998: 53-75. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>. Acesso: 10/08/2011.
- _____. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: Sergio Schneider. (Org.). *A Diversidade da Agricultura Familiar*. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006;
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DEL GROSSI, E.; SILVA J.G. **Novo Rural**: uma abordagem ilustrada. Instituto Agrônomo do Paraná, Londrina-PR, 2002.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B. R.; SAMPAIO, Y. S. B. **Programa Bolsa Família**: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso), v. 47, p. 903-918, 2009.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. N. 6 (4), pp. 361-373.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O Sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Editora Marco Zero e Editora UNB, Co-edição com o MCT CNPq, 1990.

GEHLEN, V. **Do Rural ao Urbano: A Conversão do Uso da Terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. Relatório de Pesquisa: CNPq, Recife, 2010

_____. **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas de Superação das Desigualdades de Gênero**: impactos das condições socioeconômicas, ambientais e de saúde no trabalho da mulher na agricultura familiar. Projeto de Pesquisa: CNPq: Recife, 2010.

_____. **Para além dos limites do urbano**. *Cadernos CERU (USP)*, v. 21, p. 145-161, 2011.

GUERRA, I. **Um Olhar Sociológico sobre o Alojamento**. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 24, p. 165-181, 1997.

GUIMARÃES, A. P. (1982). *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GNOATTO, A. A.; LOSS, E. B.; BALESTRINI, A.; POSSAMAI, E; PERONDI, J. M. A. **Pluriatividade, Agroindústria e Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/09P445.pdf>. Acesso: 02/01/2012.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. X encontro de Geógrafos da América Latina. In.: **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

HEREDIA, B. Et Al. **Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18, abril, 2002: 73-111. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/heredi18.htm>. Acesso: 18/06/2012.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, H. **La Produccion del Espacio**. In: *Revista de Sociologia*, Año: 1974.N. 3 (p. 219-229). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47404221/Lefebvre-Henri-La-produccion-del-espacio>. Acesso: 22/08/2011.

- _____. **Idéias Contemporâneas**: entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- _____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editoria Ática 1991.
- _____. Psicologia das Classes Sociais. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo. Nº 17, pp 21-41. 2005. Disponível: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp17/Artigo2_Lefebvure.pdf Acesso: 15/12/2009
- _____. **La Produccion del Espacio**. In: Revista de Sociologia, Año: 1974.N. 3 (p. 219-229). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47404221/Lefebvre-Henri-La-produccion-del-espacio>. Acesso: 22/08/2011.
- _____. **Espacio y política**: el derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- _____. **O Direito a cidade**. Centauro. São Paulo, 2001.
- MARTINS, J. S. **O cativoiro da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, J.S (Org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. Editora HUCITEC: São Paulo, 1996.
- MARX, K. **Introdução para a Crítica da Economia Política**- Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, São Paulo, 1974.
- MDA/SDT. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais 02-2005.
- MDA/SDT. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Diretrizes para o desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA, 2006.
- PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.
- OLIVEIRA, H. C.
- ROSA, M. **As Novas Faces do Sindicalismo Rural Brasileiro**: A Reforma Agrária e as Tradições Sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 3, 2004, pp. 473 a 503.
- ROQUE, P. Agricultura familiar e reforma agrária como pressupostos do desenvolvimento sustentável. **Publicatio-UEPG**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 99 - 113, 1997. Artigo apresentado no Seminário Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural Brasileiro.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- _____. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.
- SIGAUD, L. **As Condições de Possibilidades das Ocupações da Terra**. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v 17, n 1., pp. 255-280. Jun. de 2005.
- SILVA, J. G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas, 1), 1999.

- SILVA, T. A. A. **O Sindicalismo Rural e os Caminhos para a Autogestão: uma superação do assistencialismo?** 1. ed. Fortaleza: BNB, 2008.
- SILVA, H. L. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: A experiência brasileira.** Revista de ciência da educação, N.5, jan/abr, 2008.
- SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco.** Recife: 2010 (Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. PRODEMA – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil e menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, M.N.B. **Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- _____. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- _____. **O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** Revista Agriculturas (Impresso), v. Espec., p. 33-46, 2009. Disponível em http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/especial/o-agricultor-familiar-no-brasil-um-ator-social-da/at_download/article_pdf. Acesso: 16/11/2011.
- WELCH, C. A. et al. **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas,** v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

APÊNDICE

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DA MATA
SUL DE PERNAMBUCO.**

COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Município: _____

Localidade: _____

Identificação: _____

Contato: _____

Sexo: __

Idade: __

Nível Escolar: __

1. Sobre a Localidade (como se formou?).

2. Sobre a Propriedade (como veio a possuí-la? Como chegou até ela? É própria? Foi produto da Reforma Agrária?):

2.1. Tempo em que vive no lugar: _____

3. Sobre a Renda da Família:

ORIGEM	SIM	NÃO
Produção Agrícola Própria		
Produção Agrícola de Terceiros		
Atividades Agrícolas (cortar cana,		

limpar pastos, gado de meia, et...).		
Outras		
Indústrias		
Bolsa Família		
Aposentadoria ou Pensão		
Artesanato ou Manufatora		
Ajuda de Familiares		

3.1. Outras fontes de renda? () SIM () NÃO.

3.2. Se sim, quais?

3.3. Possuindo como fonte de renda a agricultura e mais uma outra, como se organiza a dinâmica da Unidade Familiar? (quem vai trabalhar fora? Quem passa a cuidar da Agricultura? São atividades sazonais?).

4. Sobre Programas Governamentais:

4.1. Participa de algum? () SIM () NÃO.

4.2. Se sim, qual (is)?

4.3. Se sim, qual (is) (Por meio de que instituição? Governo, entidades não governamentais, sindicatos, federações?) ?

5. Sobre Educação:

5.1. A formação escolar possibilitou o conhecimento de práticas agrícolas?

() SIM

() NÃO

OBS: _____

_____.

5.2. Considera importante que se tenha a inclusão das temáticas relacionadas ao meio rural nas escolas que ficam na Zona Rural?

SIM

NÃO

OBS: _____

_____.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma das quais será entregue a você e a outra ficará com a pesquisadora responsável. Desde logo, esclarece-se que fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Pluriatividade na Agricultura Familiar no Território da Mata Sul de Pernambuco.

Pesquisador Responsável: Maria Magaly Colares de Moura Alencar.

Telefone para contato (*inclusive a cobrar*): (81) 9753-5820.

Contato com o Comitê de Ética em Pesquisa: Av. da Engenharia, s/n- 1º andar. Cid. Universitária. Recife-PE. CEP: 50740-600. Tel: 2126-8588.

Objetivo do estudo: O objetivo deste estudo é analisar como vem se processando a pluriatividade (ou seja, as atividades extradomiciliares) nas unidades de agricultura familiar. Isto se dará por meio do mapeamento das unidades pluriativas, da identificação das principais ocupações extradomiciliares das pessoas da agricultura familiar.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **Pluriatividade na Agricultura Familiar no Território da Mata Sul de Pernambuco**, como voluntário, fornecendo informações necessárias ao estudo. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do sujeito: _____

Testemunhas: _____

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMARAJI

CNPJ.: 08.146.219/0001-05

Rua 15 de Novembro, nº. 15 – CEP: 55.515-000 // Amaraji-PE

Fone: (0xx81) 3553-1693

STRA

CARTA DE ANUÊNCIA

VALDIR BERNARDINO DE SENA, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amaraji, localizado à Rua 15 de Novembro, 15, Amaraji-PE, declaramos que nesta data 01.06.2012, a MESTRANDA Maria Magaly Colares de Moura Alencar, matriculada sob o Nº 05711063405, no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, nos solicita verbalmente CARTA DE ANUÊNCIA desta entidade em timbre, para o acesso às comunidades RURAIS da região para o desenvolvimento do seu estudo, "Pluriatividade na Mata Sul de Pernambuco", bem como de outras informações necessárias à conclusão do seu estudo. Portanto a Anuência está sendo fornecida em virtude do comprometimento da Discente em retornar à entidade e às comunidades visitadas, com os resultados de proposta de sua pesquisa quando da conclusão de seus estudos.

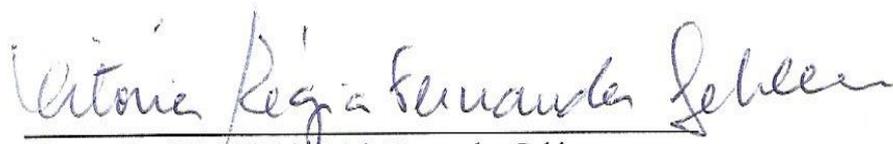
Amaraji-PE, 01 de junho de 2012

Maria Magaly Colares de Moura Alencar.
Maria Magaly Colares de Moura Alencar
Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social/UFPE.(Solicitante).

Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Amaraji - PEValdir Bernardino de Sena
Presidente
CPF 544.724.904-04Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Amaraji - PEJosé Sebastião da Silva
José Sebastião da Silva
Sec. de Org. e Formação e Coord. das Mulheres
CPF 710.067.294-53

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Professora Dr^a Vitória Régia Fernandes Gehlen, coordenadora do Projeto “Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais da Mata Sul de Pernambuco”, Edital: MCT/CNPq/MDA/SDT N° 05/2009 Gestão de Territórios Rurais, confirmo que a mestrande **Maria Magaly Colares de Moura Alencar** vem desenvolvendo atividades de pesquisa no projeto acima citado, sendo o seu estudo, “**Pluriatividade na Mata Sul de Pernambuco**” vinculado a essa pesquisa. Declaro, ainda, que a discente, cujos estudos vem sendo por mim orientados, tem a minha anuência para utilizar como fonte de dados para o desenvolvimento do seu estudo o banco de dados do projeto por mim coordenado, além de outras fontes.



Prof^a Dr^a Vitória Régia Fernandes Gehlen.

Professora da UFPE

Coordenadora do GRAPP/CNPq/UFPE.

Termo de Confidencialidade

Título do Projeto: **Pluriatividade na Agricultura Familiar no Território da Mata Sul de Pernambuco**

Pesquisador responsável: **Maria Magaly Colares de Moura Alencar**

Instituição/Departamento: UFPE/Departamento de Serviço Social

Telefone de Contato: (81) 9753-5820

A pesquisadora e as orientadoras do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos dados coletados e disponibilizados para a pesquisa. Os dados serão acessados exclusivamente pela equipe de pesquisadores e a informação arquivada em papel não conterá a identificação dos nomes dos sujeitos elencados.

Este material será arquivado de forma a garantir acesso restrito aos pesquisadores envolvidos, e terá a guarda por cinco anos, quando será incinerado. Concordam, igualmente, que essas informações serão utilizadas únicas e exclusivamente para a execução do presente projeto.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas nos arquivos da sala do grupo de pesquisa, GRAPp/UFPE, da instituição envolvida sob a responsabilidade de Maria Magaly Colares de Moura Alencar.

Este projeto está sendo encaminhado para avaliação pelo Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP/CCS/UFPE.

Recife, 01/11/2012.

M^g Magaly Colares de M. Alencar

Pesquisador (a) responsável

Victoria Regina Fernandes Lehen

Orientador (a)

Mandy

Co-Orientador (a)

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAMANDARÉ

CNPJ: 00.909.260/0001-84

Rua Antonio Torquato Vieira s/nº - CEP: 55.578-000 Tamandaré-PE

Fone/Fax 081- 3676.1838

CARTA DE ANUÊNCIA

GILBERTO MARINHO DA SILVA, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamandaré, localizado a Rua Antonio Torquato Vieira, s/nº Tamandaré-PE, declaramos que nesta data 17.07.2012, a MESTRANDA, Maria Magaly Colares de Moura Alencar, matriculada sob o nº 05711063405, no programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, nos solicita verbalmente CARTA DE ANUÊNCIA desta entidade em timbre, para o acesso às comunidades RURAIS da região para o desenvolvimento do seu estudo, "Pluriatividade na Mata Sul de Pernambuco", bem como de outras informações necessárias à conclusão do seu estudo. Portanto a Anuência está sendo fornecida em virtude do comprometimento da Discente em retornar à entidade a às comunidades visitadas, com os resultados de proposta de pesquisa quando da conclusão de seus estudos.

Tamandaré 17 de Julho de 2012.

M. Magaly Colares de M. Alencar

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/
UFPE. (Solicitante).

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamandaré
Rua Antônio Torquato Vieira, s/nº Centro
CNPJ 00.909.260/0001-84

gilberto marinho da silva
Gilberto Marinho da Silva
Presidente

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamandaré
Rua Antônio Torquato Vieira, s/nº Centro
CNPJ 00.909.260/0001-84

p/p Maria José de Silva
Amaro Nascimento da Silva
Secretário de Organização e Formação e de Coord. dos Níveis

29 12 2012